



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO - UASG 987791

Pregão Eletrônico – Registro de Preço
Nº 90006/2024

Data da sessão de abertura:
31/01/2024 às 08h30min

Processo
Nº 010/2024

Sistema de Registro de Preços?
☒ Sim ☐ Não

Edital com itens Exclusivo ME/EPP?
☒ Sim ☐ Não

Reserva de cota ME/EPP?
☐ Sim ☒ Não

Valor Máximo: R\$ 242.413,71 (duzentos e quarenta e dois mil quatrocentos e treze reais e setenta e um centavos).

Modo de disputa:
Aberto e fechado

Vistoria?
☐ Obrigatória
☐ Facultativa
☒ Não se aplica

Amostra/ Demonstração?
☐ Sim ☒ Não

Tipo de Licitação: Menor preço por ITEM

QUESTIONAMENTOS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

Link Protocolo:
<http://prudentopolisprscp.equipiano.com.br:5028/tramitacaoProcesso/#/abertura-processo/entidade/28>

O pregão será realizado por meio do endereço:

www.comprasnet.gov.br

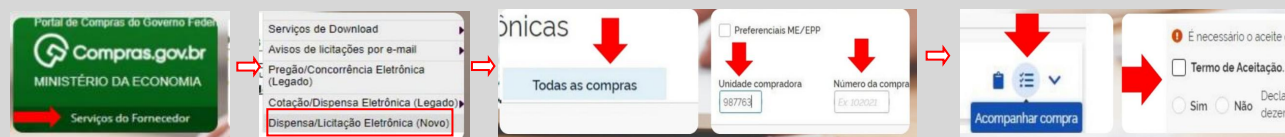
O edital está disponível na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas

<https://pncp.gov.br/>, <https://prudentopolispr.equipiano.com.br:7443/transparencia/licitacoes>

É de fundamental importância à leitura integral e minuciosa do Edital e seus Anexos, bem como da legislação pertinente. Este Edital contempla as inovações trazidas pela Nova Lei de Licitações 14.133/2021, portanto, é indispensável que os licitantes conheçam a nova legislação.

ATENÇÃO

A nova Lei de Licitações 14.133/2021 trouxe algumas alterações no sistema do Compras.gov, e uma delas é o local de cadastro para participar da licitação, o qual será o seguinte:



1. PREÂMBULO



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

1.1. O MUNICÍPIO DE PRUDENTÓPOLIS torna público para conhecimento dos interessados que, de acordo com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável, Decreto Estadual nº 10086 de 17 de janeiro de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME73/2022, Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023 referente ao Sistema de Registro de Preço, Lei 12.846/2013, Código de Defesa do Consumidor, Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019 encontra-se aberta a licitação sob a modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO -tipo MENOR PREÇO POR ITEM**, e que, **às 08:30hrs, do dia 31 de janeiro de 2024** no site www.comprasgovernamentais.gov.br, dará abertura ao Pregão Eletrônico, conforme quantidades e especificações constantes no Anexo I - Termo de Referência, autorizada pelo Processo Protocolo nº 10249/2023.

1.2. O Edital e demais Anexos poderão ser obtidos através da Internet pelos endereços eletrônicos: www.comprasgovernamentais.gov.br e/ou e-mail licitaprude@prudentopolis.pr.gov.br.

1.3. Em caso de discordância existente entre as especificações dos objetos descritos no site Compras Governamentais e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as especificações do Edital.

1.4. A sessão será conduzida pela PREGOEIRA: Vanessa Ap. Becher Sass e equipe de apoio, conforme designação através do Decreto Municipal nº 113 publicado no Diário Oficial do Município, edição nº 2526 do dia de 24 de fevereiro de 2023.

1.5. O presente Edital foi elaborado pela servidora Andriele S. Lupepsa, lotada no Departamento de Licitações.

2. OBJETO E VALOR MAXIMO ACEITAVEL

2.1. A presente licitação tem por objeto a aquisição de itens perecíveis e não perecíveis e materiais de limpeza, para o Acolhimento Institucional de Prudentópolis, conforme especificações no Anexo I – Termo de Referência.

2.2. Valor Máximo aceitável: R\$ 242.413,71 (duzentos e quarenta e dois mil quatrocentos e treze reais e setenta e um centavos).

2.3. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. O recebimento das propostas, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

I. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Os itens são de participação exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.4. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.5. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

3.7.6. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.7. não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A vedação de que trata o item 3.7.6 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. IMPUGNAÇÕES E ESCLARECIMENTOS

4.1. Qualquer pessoa é parte legítima para pedir esclarecimento ou impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até **3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame, exclusivamente através do Link: <http://prudentopolispr.equiplano.com.br:7474/contribuinte/#/stpProcessos/abertura>, no caso de indisponibilidade do Link poderá ser encaminhada via e-mail: licitaprude@prudentopolis.pr.gov.br, sendo que caso enviado por e-mail deverá ser confirmado via telefone: 0800 808 0130 Ramal 8012.

4.2. Decairá do direito aquele que não o fizer até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão do Pregão.

4.3. A Pregoeira, com base em parecer ou auxílio dos setores responsáveis pela elaboração do Termo de Referência e seus Anexos, quando necessário, bem como de outros setores técnicos do município, decidirá sobre a resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, conforme o Art 164 § único da Lei 14133/2021.

4.4. As respostas a todos os questionamentos e impugnações (dúvidas ou esclarecimentos) serão disponibilizadas no site oficial do município, no link da referida licitação.

4.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

4.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação

4.6. Acolhida a impugnação, realizada alteração, será designada nova data para a realização do certame.



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

4.7. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus anexos, em especial no Termo de Referência e na minuta de termo de Ata de RP.

5. DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. A licitante deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, até a data e horário marcado para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

5.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3 ou 5.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação dos licitantes somente serão disponibilizados para avaliação da Pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio dos lances.

5.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. dados essenciais da proponente, como CNPJ, endereço, telefone e e-mail.

6.1.2. preços unitários e totais, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso.

6.1.3. prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data estipulada para a abertura do presente certame.

6.1.4. declaração de que se enquadra na condição de micro e pequena empresa prevista na Lei Complementar 123/06.

6.1.5. o preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional (Real), com apenas duas casas decimais (0,00) após a vírgula.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.7. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos, quando participarem de licitações públicas.

6.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

7.6. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pela Pregoeira, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.7. A comunicação entre a Pregoeira e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante a troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

7.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.9. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.11. O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.12. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$0,01(hum centavo).

7.13. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecúvel.

7.14. O modo de disputa será “aberto e fechado”, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.14.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.14.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.14.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.14.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.14.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado do Paraná;

7.21.2.2. empresas brasileiras;

7.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23. Cabe ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema, sua desconexão ou por omissão quando chamado à manifestação via “chat”.

7.24. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a **proposta adequada** ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

apresentados

7.24.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7.26. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação da Pregoeira em contrário.

7.27. Quando convocado via chat pela pregoeira, cada licitante terá o prazo de 5 (cinco) minutos para resposta, pois o licitante que deixar de responder qualquer convocação/mensagem do Pregoeiro será responsável pelo ônus decorrente da perda de negócio e ficará sujeito a eventuais sanções.

08. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparen6.2.A> a consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

8.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

8.2.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

8.2.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação. ([cia.gov.br/sancoes/cnep](https://www.cia.gov.br/sancoes/cnep)).



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

8.3. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com as condições estipuladas no presente Edital.

8.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.6.1. conter vícios insanáveis;

8.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.6.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.6.7. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

8.6.7.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.6.7.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. A verificação da Habilitação somente será feita em relação ao licitante vencedor e será verificada, após a análise e julgamento das Propostas, devendo apresentar os seguintes documentos:



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.1.1.1. Os documentos abrangidos pelo SICAF são relativos à:

I) Regularidade Fiscal;

II) Regularidade Trabalhista;

III) Qualificação Econômica – Financeira;

IV) Habilitação Jurídica, exceto comprovação de legitimidade para assinatura de propostas e contratos.

9.1.1.2. O licitante não cadastrado no SICAF deverá apresentar toda a documentação de habilitação prevista neste edital.

9.1.1.3. Ao licitante inscrito no SICAF, cujos documentos solicitados em Edital encontrem-se vencidos no SICAF ou aos documentos que não se encontrem inseridos no mesmo, deverá apresentar a documentação atualizada à Pregoeira no momento da habilitação.

9.1.2. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante e com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:

9.1.2.1. se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou;

9.1.2.2. se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

9.1.2.3. serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

9.1.2.4. Portanto não poderá concorrer a matriz em nome da filial e vice-versa, salvo se a documentação de habilitação de ambas esteja regular;

9.1.3. Para comprovação da habilitação jurídica:

a) Registro comercial, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais, e acompanhado, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus administradores;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país;

e) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

OBSERVAÇÕES:

I - Em caso de alteração parcial dos documentos acima identificados, esta deverá ser apresentada juntamente com o ato constitutivo, estatuto ou contrato social;

II - Em caso de alteração consolidada será suficiente sua apresentação, desde que registrada e contendo todas as cláusulas legalmente exigidas;



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

III - Em caso de alteração parcial registrada após alteração consolidada, ambas deverão ser apresentadas pelo licitante.

9.1.4. Para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista:

- a) Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal, ou estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- b) Prova de regularidade conjunta, relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei, conforme portaria conjunta: RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria Estadual da Fazenda ou equivalente, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças ou equivalente, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT), conforme Lei nº 12.440/11 de 07 de julho de 2011.

9.1.5. Para comprovação da qualificação econômico-financeira:

- a) Certidão negativa falência e/ou recuperação judicial expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;
- b) Em caso de empresas em recuperação Judicial, a mesma deve apresentar certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar do procedimento licitatório;
- c) Para as empresas que optarem de participar através de filial, deverá ser apresentada certidão negativa para com o cartório/comarca onde se encontra instalada a filial;
- d) Na falta de validade expressa na Certidão Negativa, ter-se-ão como válidos pelo prazo de 90 (noventa) dias de sua emissão.

9.1.6. Comprovação da qualificação técnica

- a) As proponentes deverão apresentar no mínimo 01 (um) atestado/declaração fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante já forneceu, satisfatoriamente, objeto igual ou semelhante ao licitado. O atestado/declaração deverá conter, no mínimo, o nome da empresa/órgão contratante, número de CNPJ e o nome do responsável pelo mesmo.
- b) Para os produtos Perecíveis dos ITENS: 50, 64, 66, 79, 95, 96, 107, 110, 111, 123, 124, 145, 147,



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

148, 159, 161, 162, 167, 169, 189 a empresa deverá apresentar Licença Sanitária do(s) veículo(s) que realizará(ão) as entregas de gêneros alimentícios que necessitem de refrigeração/ congelamento;

c) Apresentar Licença Sanitária do estabelecimento;

9.1.7. Documentação Complementar

a) Declaração Conjunta (Anexo III);

9.3. Todos os documentos deverão estar perfeitamente legíveis.

9.4. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.4.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.5. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

9.5.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

9.6. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.7. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro.

9.7.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.8. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.9. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

9.9.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

9.9.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas; e



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

9.9.3. documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame

9.10. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.11. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

9.12. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos.

9.13. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9.14. Os documentos que não tiverem menção expressa sobre o prazo de validade, somente serão aceitos se emitidos com data não superior a 90 (noventa) dias anteriores à data assinalada para a data de abertura do Pregão, exceto casos de legislação específica, devidamente comprovada.

10. DOS RECURSOS

10.1. Declarado o vencedor, a Pregoeira abrirá o prazo de 30 (trinta) minutos, durante o qual, qualquer licitante poderá de forma motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

10.2. A falta de manifestação imediata e motivada, quanto à intenção de recorrer, importará na decadência desse direito.

10.3. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.4. Uma vez aceita a intenção de recurso será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo intimados para, querendo, apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

10.5. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

inabilitação do licitante:

10.5.1.a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.5.2.o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.6. Os recursos e contrarrazões deverão ser manifestados exclusivamente por meio eletrônico via internet, no site: www.comprasgovernamentais.gov.br.

10.7. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.8. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: <https://prudentopolispr.equiplano.com.br:7443/transparencia/licitacoes>.

10.11. Não havendo recurso, a Pregoeira encaminhará para homologação.

10.12. Caso a pregoeira tenha que remarcar a data da sessão, a convocação será realizada através e exclusivamente pelo sistema do comprasnet.

11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será declarado vencedor.

11.1.1. Se o primeiro proponente classificado, não atender às exigências de habilitação, será examinada a documentação do segundo proponente classificado, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até o encontro de uma proposta que atenda a todas as exigências do edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto da licitação.

11.2. A homologação do resultado da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor.



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

11.2.1. A homologação do resultado desta licitação não obriga esta Administração à aquisição do objeto licitado.

12. DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A vigência da Ata de Registro de Preço será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura da Ata de RP.

12.2. As obrigações decorrentes deste PREGÃO, consubstanciar-se-ão em uma Ata de Registro de Preço, cuja minuta se encontra no **Anexo IV** deste Edital.

12.3. A Ata de Registro de Preços será encaminhada, sendo obrigação da Licitante a assinatura do instrumento, providenciando a entrega da via original no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, em até **05 (cinco) dias após o seu recebimento / publicação no diário oficial do município**, caso não encaminhe o mesmo a divisão de contrato emitira notificação, para penalidades cabíveis.

12.3.1. O prazo poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

12.4. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinado pelo representante legal da adjudicatária (diretor, sócio da empresa ou procurador). Na hipótese de nomeação de procurador, mediante apresentação de cópia da procuração e cópia dos documentos do procurador.

12.5. A proponente vencedora, que no prazo, convocada dentro da validade de sua proposta, se recusar injustificadamente a assinar a Ata de RP, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, não manter a proposta, comportar-se de modo inidôneo, ou firmar declaração falsa, poderá ficar impedida de licitar com o Município de Prudentópolis.

12.6. Fica o Fiscal e o Gestor da Ata de Registro de Preço, cientes da publicação do mesmo após as devidas assinaturas e também da responsabilidade em acessar as devidas cópias que serão disponibilizadas no site oficial do município pela divisão de contratos.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

especial quando:

- 13.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 13.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 13.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 13.1.2.4. deixar de apresentar amostra, quando exigida;
- 13.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 13.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 13.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 13.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 13.1.5. fraudar a licitação
- 13.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 13.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 13.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 13.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada, quando for exigida;
- 13.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 13.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

13.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 13.2.1. advertência;
- 13.2.2. multa;
- 13.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 13.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 13.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 13.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 13.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 13.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 13.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

13.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor da proposta.

13.4.1. Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 10% do valor da proposta do licitante.

13.4.2. Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, a multa será de 15% do valor da proposta.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14. COMBATE A FRAUDE E CORRUPÇÃO

14.1. Adota-se nesta licitação e nas consequentes Atas de RP, a presente Cláusula Especial de Combate a Fraude e Corrupção, com o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação, definindo-se as seguintes práticas:

- a) **PRÁTICA CORRUPTA:** Oferecer, dar, receber, ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução da Ata de RP;
- b) **PRÁTICA FRAUDULENTA:** Falsificação ou omissão dos fatos, com objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução da Ata de RP;
- c) **PRÁTICA COLUSIVA:** Esquematizar ou estabelecer alguma espécie de acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais, não competitivos ou inexequíveis;
- d) **PRÁTICA COERCITIVA:** Causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou à propriedade, visando influenciar sua participação em processo licitatório ou afetar a execução da Ata de RP;
- e) **PRÁTICA OBSTRUTIVA:** (i) Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do licitador, dos agentes fiscalizadores dos concedentes em caso de convênios, ou do organismo financeiro multilateral, com o objetivo multilateral a apuração de alegações de prática prevista na Ordem de Serviço nº. 001-2015, de 16/05/2015; (ii). Atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito do licitador, dos agentes fiscalizadores dos concedentes em caso de convênios e do organismo financeiro multilateral promover inspeção.



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

14.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de Atas de RP financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução uma Ata de RP financiado pelo organismo.

14.3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de a Ata de RP vir a ser financiada, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução da Ata de RP e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução da Ata de RP.

15.DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1].

15.11. Fica assegurado à Prefeitura Municipal de Prudentópolis, mediante justificativa motivada, o direito de, a qualquer tempo e no interesse da Administração, anular a presente licitação ou revogar no todo ou em parte.

15.12. Após a finalização da fase de lances, não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Pregoeira.

15.13. A Administração poderá, até a assinatura da Ata de RP ou outro documento equivalente, inhabilitar licitante, por despacho fundamentado, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se vier a ter conhecimento de fato ou circunstância anterior ou posterior ao julgamento da licitação que desabone a habilitação jurídica, econômico-financeira e a regularidade fiscal da Licitante. Neste caso, a Pregoeira convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, restabelecendo a sessão para negociar diretamente com a Proponente melhor classificada e posterior abertura do seu envelope “Documentos de Habilitação”, sendo declarada vencedora e a ela será adjudicado o objeto deste Pregão, podendo apresentar o(s) documento(s) que vencer(em) seu prazo de validade após o julgamento da licitação.

24.13. Para dirimir as questões relativas ao presente Edital, elege-se como foro competente o da Comarca de Prudentópolis, com exclusão de qualquer outro.

24.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- Anexo I - Termo de Referência;
- Anexo II – Modelo Padrão de Proposta;
- Anexo III– Declaração conjunta;
- Anexo IV - Minuta Ata de Registro de Preço;

Prudentópolis, 14 de dezembro de 2023.

Andriele S. Lupepsa
Pregoeira



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA SECRETARIA SOLICITANTE

1.1. Secretaria Municipal de Assistência Social.

2. DO EMBASAMENTO LEGAL

2.1. O presente Termo de Referência está embasado na Lei n.º 14.133/2021.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. Este Instrumento se fundamenta no Estudo Técnico Preliminar – ETP, elaborado no setor responsável da Secretaria demandante.

4. HÁ PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

4.1. Sim, estava previsto no Plano Anual

5. DO OBJETO

5.1. O presente Termo de Referência visa subsidiar o Departamento de Licitações para a **Aquisição de itens perecíveis e não perecíveis e materiais de limpeza, para o Acolhimento Institucional de Prudentópolis, e a Reabertura do Pregão Eletrônico nº 86/2023, a qual foi constatado que os itens foram cancelados conforme “ata da sessão”.** As informações inseridas neste Instrumento encontram respaldo no teor do processo nº 10249/2023 ao qual está vinculado.

6. DA JUSTIFICATIVA

6.1. A solicitante justifica a contratação conforme segue:

Justifica-se a aquisição dos referidos itens pois a partir de março de 2023 a administração pública através da Secretaria de Assistência Social é responsável em garantir o suprimento dos materiais necessários ao bom funcionamento dos serviços. O Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes acolhe provisoriamente, crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal, proporcionando-lhes o suprimento de suas necessidades básicas, tais como: alimentação, higiene, saúde e lazer, vestimenta e moradia, devido à necessidade do afastamento familiar e tem capacidade de atender até 20 acolhidos.

7. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

7.1. Conforme Estudo Técnico Preliminar: “Realização de processo licitatório para aquisição dos itens”.

8. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E PREÇO

8.1. ITEM, QUANTIDADE E DESCRIÇÃO DO OBJETO

Item	Descrição	Unid.	Qtd.	Valor	
				Unitário	Total
01	ABACAXI – de primeira qualidade, in natura, apresentando coloração e tamanho uniforme, polpa e casca firme e intacta, sem danos físicos ou mecânicos, apresentando grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a resolução nº 12/78 da CNNPA. (peso entre 1,5 e 2,1kg)	Unid.	100	R\$ 6,26	R\$ 626,00
02	ABOBRINHA – de 1ª qualidade bem formada, de variedade branca, superfície lisa e brilhante, livre de danos mecânicos unidades com 15-20 cm.	KG	50	R\$ 4,56	R\$ 228,00
03	ABSORVENTE ÍNTIMO , com abas, pacote com 10 unidades.	Pacote	100	R\$ 4,44	R\$ 444,00
04	ACHOCOLATADO EM PÓ – embalagem 400 gr, contendo a identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido.	Pacote	150	R\$ 6,24	R\$ 936,00
05	AÇÚCAR – tipo refinado, branco, aspecto granuloso fino a médio, isento de: sujidades, parasitas, matéria terrosa, detritos animais e vegetais, umidade e outros fragmentos estranhos. Embalagem de 05 kg cada.	Pacote	100	R\$ 20,72	R\$ 2.072,00
06	ADOÇANTE DIETÉTICO LÍQUIDO - À base de sucralose Composto pelo edulcorante sucralose, extraído da cana de açúcar. Frasco de 65 ml ou superior. Selo de aprovação pela Associação Nacional de Assistência ao Diabético.	Frasco	10	R\$ 9,83	R\$ 98,30
07	ÁGUA SANITÁRIA - a base de hipoclorito de sódio, com teor de cloro ativo entre 2,0 a 2,5 % p/p, embalagem plástica de 01 litro, com dados de	Unid.	400	R\$ 3,08	R\$ 1.232,00



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

	identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade, com registro emitido pelo Ministério da Saúde, validade mínima de 06 meses.				
08	ÁLCOOL GEL 70%- a 70% INPM, ANTISSEPTICO, para as mãos, mínimo de 480gr.	Unid.	50	R\$ 5,97	R\$ 298,50
09	ÁLCOOL - líquido, hidratado, etílico, de 92 a 93% GL, em embalagem plástica de 1 litro, contendo selo do INMETRO. Validade mínima de 12 meses a contar da data de entrega do produto.	LITRO	100	R\$ 10,13	R\$ 1.013,00
10	ALFACE lisa/crespa – lisa/crespa, in natura, de 1ª qualidade, com folhas íntegras, com peso mínimo de 400 gramas.	Unid.	400	R\$ 3,55	R\$ 1.420,00
11	ALGODÃO HIDRÓFILO 500 G - COM NO MÍNIMO 20CM DE LARGURA. Confeccionado em fibras 100% puro algodão hidrófilo, alto poder de absorção, cor branca (mínimo de 80% de brancura), macio, ausência de grumos ou quaisquer impurezas, inodoro, em manta com espessura uniforme), camadas sobrepostas em papel apropriado em toda a sua extensão, em forma de rolo regularmente compacto, embalagem individual em plástico atóxico e/ou papel, pacote no mínimo 500g de peso.	Unid.	20	R\$ 12,69	R\$ 253,80
12	ALHO – de primeira qualidade, grão do tipo comum, fisiologicamente desenvolvidos, com bulbos curados, sem danos mecânicos ou causados por pragas, com dizeres de rotulagem em pacotes e prazo de validade.	KG	15	R\$ 26,26	R\$ 393,90
13	AMACIANTE DE ROUPAS - aspecto físico líquido viscoso concentrado, perfumado. Frasco de 2 litros, com tampa abre e fecha com lacre de rosquear. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde, Composição: cloreto de diaquil dimetil amônio, hidro ceramidas, umectante, corante opacificante, perfume e água.	Unid.	300	R\$ 9,01	R\$ 2.703,00
14	AMENDOIM SEM CASCA – descascado, tipo 1, apresentando bom estado de conservação, sem nenhum sinal de mofo, embalagem plástica de 500g, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido.	Pacote	100	R\$ 8,61	R\$ 861,00



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

15	AMIDO DE MILHO – produto amiláceo extraído do milho, fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas isentas de matérias terrosas e parasitos, não podendo estar úmidos, fermentados ou rançosos. Deverá apresentar-se sob a forma de pó fino, branco, inodoro e insípido. Embalagem deverá conter externamente dados de identificação e procedência do produto, bem como informação nutricional, número e lote, data de validade, quantidade do produto. Embalagem de 500 g.	Pacote	50	R\$ 5,00	R\$ 250,00
16	APARELHO DE BARBEAR , duas lâminas, descartável.	Unid.	200	R\$ 2,67	R\$ 534,00
17	AROMATIZANTE DE AMBIENTE: Produto concentrado, de alto rendimento e qualidade superior, com um prático bico dosador que evita o desperdício. Conteúdo 140 ml. Caixa com 12 unidades: erva-doce, floral, lavanda, hortelã, lima-limão, algas marinhas, talco. Igual ou superior a Coala.	CAIX A	05	R\$ 81,30	R\$ 406,50
18	ARROZ PARBOLIZADO – grupo beneficiado, classe longo fino polido, tipo 1, isento de mofo, odores estranhos, substâncias nocivas, coloração uniforme e característica do arroz tipo 1, embalado em saco plástico de 5,0 kg, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade (maior de 12 meses), peso líquido. Qualidade igual ou superior ao Dellarroz.	Pacote	120	R\$ 24,28	R\$ 2.913,60
19	ATUM ENLATADO: Atum sólido em óleo comestível, lata de 170 g, rotulo contendo identificação do produto data de fabricação e prazo de validade, com registro do Ministério da Saúde, obedecendo à resolução 12/78 da CNNPA.	LATA	25	R\$ 10,19	R\$ 254,75
20	BALDE PLÁSTICO, 20 lts , com alça de ferro, 1º qualidade.	Unid.	15	R\$ 18,64	R\$ 279,60
21	BANANA CATURRA – 1ª qualidade, grau médio de amadurecimento com cascas sãs, sem rupturas, características do cultivo bem definidas, estando fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação. Grau de maturação de 50%.	KG	600	R\$ 3,60	R\$ 2.160,00
22	BATATA DOCE - -Batata doce rosada. Seleccionada, fresca, de ótima qualidade, compacta, firme, coloração uniforme, aroma e cor típicos da espécie, em perfeito estado de desenvolvimento. Necessita	KG	150	R\$ 4,17	R\$ 625,50



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

	estar isenta de sujidades, parasitas, rachaduras, cortes e perfurações, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.				
23	BATATA inglesa comum – nova, de 1ª qualidade, lavada, com tamanho uniforme, livre de danos mecânicos, sem imperfeições na superfície.	KG	300	R\$ 3,96	R\$ 1.188,00
24	BATATA PALHA: com cor, odor e sabores características, crocante, isenta de gordura trans, embalagem acondicionada em embalagem plástica de 300 a 500 gr, validade: mínima de 2 meses a contar da data de entrega do produto.	Pacote	50	R\$ 13,72	R\$ 686,00
25	BATATA SALSA/BAROA , mandioquinha amarela, tubérculo in natura, tipo batata, espécie salsa. Limpa, madura, firme, com coloração amarelada homogênea, sem rachaduras, sem podridão ou partes murchas, sem deformações, sem raízes lenhosas.	KG	100	R\$ 9,32	R\$ 932,00
26	BEBIDA VEGETAL EM PÓ, 250 a 300G , bebida vegetal em pó, fonte de cálcio, de fácil diluição e rendimento mínimo de 2 litros. Destinado a crianças e adolescentes alérgicos à proteína do leite de vaca e intolerantes à lactose. Validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega e validade mínima de 30 dias após aberto.	PCT	25	R\$ 40,29	R\$1.007,25
27	BETERRABA – de 1ª qualidade, in natura, com casca sã, sem ruptura, tamanho médio.	KG	100	R\$ 4,32	R\$ 432,00
28	BICARBONATO DE SÓDIO. Bicarbonato de Sódio para uso culinário. Apresentação em Pó branco. Pacote com 50 gramas.	Pacote	25	R\$ 4,23	R\$ 105,75
29	BICARBONATO DE SÓDIO. Bicarbonato de Sódio para uso culinário. Apresentação em Pó branco. Pacote com 100 gramas.	Pacote	25	R\$ 5,76	R\$ 144,00
30	BISCOITO DE ARROZ , mini biscoito de arroz integral: biscoito de arroz integral e sal, sem conservantes e sem aromatizantes. Sem glúten, açúcar, leite e derivados. Embalagem de 120 a 150 gramas. Validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega. <i>Ex.: Camil ou similar.</i>	Pacote	50	R\$ 7,77	R\$ 388,50
31	BISCOITO DOCE (MARIA ou MAISENA) - composição básica: farinha de trigo, farinha de trigo integral, gordura vegetal hidrogenada, água, sal, açúcar e demais substâncias permitidas. Acondicionadas em pacotes de polipropileno, atóxicos hermeticamente vedados com 400gr. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade de produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. De acordo com a resolução 12/78	Pacote	200	R\$ 5,91	R\$1.182,00



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

	da CNNPA.				
32	BISCOITO DOCE AO LEITE – sem recheio, em sua composição deve apresentar entre outros ingredientes farinha de trigo fortificado com ferro e ácido fólico. Embalagem de 400 g contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido.	Pacote	200	R\$ 8,48	R\$ 1.696,00
33	BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA (CÔCO) - preparada com farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, embalagem de 400 g contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido validade. Serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço.	Pacote	200	R\$ 7,27	R\$ 1.454,00
34	BISCOITO DOCE TIPO WAFFER , sabores variados composição mínima: farinha de trigo fortificada, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, sal refinado, bicarbonato de sódio, amido de milho. Empacotado em plástico atóxico, termosselado, isento de bolores, substâncias nocivas, odores e sabor estranhos ao seu aspecto normal. Embalados em pacotes de no mínimo 100 a 140g. Embalagem primária declarando a marca, peso líquido, nome e endereço do fabricante, prazo de validade (mínima de seis meses a contar da data de entrega) e lote, número de registro no órgão competente. Caixa com no mínimo 30 unidades.	CX	05	R\$ 86,89	R\$ 434,45
35	BISCOITO INTEGRAL SALGADO – Pacotes de 400 g. As embalagens devem ser uniformes quanto ao tipo e peso para a quantidade total solicitada. Validade 8 meses com no mínimo 90% de sua validade no ato da entrega.	Pacote	100	R\$ 8,40	R\$ 840,00
36	BISCOITO RECHEADO - vários sabores, Biscoito redondo, com recheio 140gr – diversos sabores, ingredientes básicos: (Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, óleo vegetal, amido, gordura vegetal, leite em pó integral, sal, fermentos químicos bicarbonato de amônio, aromatizantes, e corante natural). Zero gordura trans. Caixa com no mínimo 30 unidades.	Caixa	05	R\$ 49,30	R\$ 246,50
37	BISCOITO SALGADO – Tipo Cream Cracker, composto por farinha de trigo, gordura vegetal hidrogenada e sal. Isenta de parasitos e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço. Embalagem	Pacote	100	R\$ 6,39	R\$ 639,00



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

	primaria em pacotes impermeáveis lacrados com peso líquido de 400 g.				
38	BISCOITO SORTIDO , pacotes de 500 gramas, sem corantes artificiais em embalagem plástica atóxica, com dupla proteção, com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 8 meses.	Pacote	100	R\$ 7,94	R\$ 794,00
39	Blocos de montar , atóxico, contém 500 peças, deverá ser em plástico rígido, coloridas, contendo vários tamanhos.	Unid.	02	R\$ 149,90	R\$ 299,80
40	BOBINA PICOTADA para embalagens de alimentos. Transparente com bobina 35 x 50 cm. Bobina com 500 unidades	Bobina	10	R\$ 48,08	R\$ 480,80
41	Bola dente de leite , em vinil, cor branca, PE em vinil, mínimo 170 grs, diâmetro mínimo 26 cm.	Unid.	06	R\$ 8,36	R\$ 50,16
42	Bolinhas de tênis de mesa , acetato de celulose, Cor: branca. Diâmetro: 40 mm.	Unid.	30	R\$ 2,17	R\$ 65,10
43	BRÓCOLIS de 1ª qualidade, apresentando grau de evolução completo de tamanho, aroma e cor próprios; livre de danos mecânicos isenta de sujidades, parasitas e larvas.	Unid.	200	R\$ 7,54	R\$ 1.508,00
44	CAFÉ EM PÓ – Pó de café torrado e moído, extra forte, embalagem plástica de 500 gr, empacotado a vácuo, de primeira qualidade, contendo data de fabricação e prazo de validade. O produto deverá apresentar Certificado de Qualidade emitido por laboratório credenciado pelo Ministério da Agricultura ou da Saúde, pela ABIC ou Laboratório credenciado. Referência para qualidade dos produtos: Melitta, Pilão, equivalente ou de melhor qualidade.	Pacote	150	R\$ 14,52	R\$ 2.178,00
45	CALDO DE GALINHA – Contendo: sal, amido, gordura vegetal, extrato de frango ou frango desidratado e condimentos, caixa com 63 g contendo 6 tabletes. As embalagens devem ser uniformes quanto ao tipo e peso para a quantidade total solicitada. Validade 8 meses com no mínimo 90% de sua validade no ato da entrega.	Caixa	50	R\$ 2,74	R\$ 137,00
46	Caminhão mini e caçamba em plástico , confeccionado em plástico resistente, caçamba que sobe e desce. Faixa etária recomendada: A partir de 1 anos, Dimensões mínimas do produto: 15x11x12 cm, Dimensões do produto com embalagem: 17x13x14 cm, Peso aproximado do produto: 300g Composição / Material: Plástico resistente atóxico.	Unid.	10	R\$ 105,68	R\$ 1.056,80



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

47	CANELA EM PÓ, 20 a 40 g , embalagem com identificação dos ingredientes, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. Validade mínima de 06 (seis meses a contar da data de entrega).	Unid.	20	R\$ 3,45	R\$ 69,00
48	CANELA em casca mínima 20 gramas.	Unid.	20	R\$ 4,22	R\$ 84,40
49	CANJICA – branca, de primeira qualidade, com grãos beneficiados, polidos, limpos, isentos de sujidades, parasitas e larvas, embalagens de 500 g contendo as especificações do produto, marca do produto, data de fabricação e prazo de validade.	Pacote	50	R\$ 6,51	R\$ 325,50
50	CARNE MOÍDA 2º -com a menor porcentagem de gordura e nervo possível, fresca e refrigerada, embalados em sacos de polietileno hermeticamente fechado e rotulado conforme legislação sanitária vigente. No ato da entrega apresentar temperatura entre 0º e 4ºC.	KG	200	R\$ 24,92	R\$ 4.984,00
51	CARVÃO vegetal para churrasco, em embalagem de 07 quilos.	Pacote	20	R\$ 24,94	R\$ 498,80
52	CEBOLA – in natura, tamanho médio, nova, de 1ª qualidade, com casca sã, sem rupturas, bem desenvolvida, isentas de sujidades, parasitas e larvas.	KG	200	R\$ 5,02	R\$ 1.004,00
53	CENOURA – sem folhas, nova, de 1ª qualidade, sem ruptura, raiz com 12 a 15 cm.	KG	250	R\$ 4,20	R\$ 1.050,00
54	CERA LIQUIDA, incolor , alto brilho, frasco com 750 ml, caixa com 12 unidades.	Caixa	10	R\$ 92,24	R\$ 922,40
55	CEREAL MATINAL - Flocos de Milho com Açúcar, alimento a base de milho em flocos, deverá ser fortificado com ferro e ácido fólico. Deverá apresentar aspecto, sabor e cheiro característico, livre de sujidades e substâncias nocivas. Não deverá conter glúten em sua composição. Embalagem: o produto deverá estar acondicionado em pacotes totalmente recicláveis, transparente, atóxico, bem vedados, contendo 1 kg. Prazo de validade mínimo de 6 meses a contar a partir da data de entrega. O produto deve ter os registros nos órgãos competentes de fiscalização e estar de acordo com a legislação vigente.	Pacote	100	R\$ 20,95	R\$ 2.095,00
56	CHÁ DE ERVAS , peso mínimo 10G, caixa com número mínimo de 10 sachês. Sabores camomila, hortelã, endro, erva doce. Validade mínima de 06 meses a partir da entrega.	CX	25	R\$ 3,36	R\$ 84,00



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

57	CHÁ MATE – Embalagem com 25 saquinhos de 40 g. As embalagens devem ser uniformes quanto ao tipo e peso para a quantidade total solicitada. Validade 2 anos com no mínimo 90% de sua validade no ato da entrega.	Caixa	250	R\$ 3,68	R\$ 920,00
58	CHEIRO VERDE , salsinha e cebolinha em folhas verdes e compridas. Não podem estar amareladas e murchas, maço médio com folhas sãs de primeira qualidade.	Maço	100	R\$ 4,51	R\$ 451,00
59	CHOCOLATE EM PÓ , produto preparado com o cacau obtido por processo tecnológico adequado e açúcar, podendo conter outras substâncias alimentícias. Ingredientes básicos: cacau em pó solúvel (mínimo de 50%), açúcar, aromatizante, outros ingredientes que não descaracterizem o produto e permitido na legislação e outros aditivos permitidos na legislação. O açúcar empregado no seu preparo deve ser normalmente sacarose, podendo ser substituído parcialmente por glicose pura. Não poderá conter a adição de gordura e óleos estranhos à qualquer tipo de chocolate, bem como, à manteiga de cacau e não poderá ser adicionado de amido e féculas estranhas. Características Físico-Químicas: Umidade (máximo): 3,0%p/p; Glicídios não redutores, em sacarose (máximo): 68,0%p/p; Lipídios (mínimo): 6,5%p/p; Características organolépticas: Aspecto: pó homogêneo; Cor: própria; Cheiro: característico; Sabor: doce, próprio. Validade mínima: 10 meses a partir da data de fabricação. Data de entrega não deverá ser superior a 45 dias da data de fabricação. Embalagem: sacos de polietileno atóxico contendo 1Kg do produto, reembalados em caixas de papelão reforçado.	Pacote	50	R\$ 34,07	R\$ 1.703,50
60	CHOCOLATE GRANULADO – pacote 100 g, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido de acordo com RDC nº40 – ANVISA.	Pacote	100	R\$ 3,74	R\$ 374,00
61	COCO RALADO – coco em flocos integral desidratado não acrescido de açúcar, embalagem plástica de 100 g contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido.	Pacote	100	R\$ 4,25	R\$ 425,00
62	Condicionador para cabelos: embalagem 1 kg , para todos tipos de cabelos, com identificação do produto, marca do fabricante, data da fabricação e validade.	Unid.	50	R\$ 13,88	R\$ 694,00
63	COPO DESCARTÁVEL - Copo descartável para água em poliestireno branco ou translúcido,	CAIX	10	R\$ 126,18	R\$ 1.261,80



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

	capacidade de 180 ml. Acondicionado conforme praxe do fabricante, de forma a garantir higiene e integridade do produto até seu uso. Caixa c/2500 unidades de 180ml.	A			
64	COSTELA BOVINA – resfriada, de abate recente, deverá conter no máximo 6,5% de gordura, apresentar-se livre de parasitas e de quaisquer outras substâncias contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração. Embalagem primaria, plástica flexível, transparente atóxica resistente.	Kg	100	R\$ 24,92	R\$ 2.492,00
65	COUVE-FLOR – tipo graúda, in natura, de 1ª qualidade, bem formadas, livre de danos mecânicos, com peso unitário mínimo de 2kg.	Unid.	200	R\$ 10,74	R\$ 2.148,00
66	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO – resfriada, embalado em pacote plástico transparente de 1 kg, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, com aspecto próprio, não amolecido e nem pegajosa, cor própria e sem manchas esverdeadas, cheiro e sabores próprios, com ausência de sujidades, parasitos e larvas. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou SIF/DIPOA e/ou SIP/POA. No ato da entrega apresentar temperatura entre 0º e 4ºC.	KG	300	R\$ 8,96	R\$ 2.688,00
67	CREME DE LEITE – tradicional, apresentando teor de gordura mínima de 25%, esterilizado, embalagem com no mínimo 295 g, (300) contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido.	Unid.	150	R\$ 3,68	R\$ 552,00
68	CREME DENTAL, com flúor , 90 gramas micropartículas de cal cio, ação bacteriana.	Unid.	200	R\$ 4,39	R\$ 878,00
69	CREME DENTAL INFANTIL , (gel dental). Com validade mínima de 75% da validade total a contar da data da entrega do produto. Caixa com tubo de 50 gr.	Unid.	50	R\$ 6,21	R\$ 310,50
70	DESINFETANTE - Desinfetante, emb. plástica com 2L-Para Uso Doméstico, fragrância pinho, eucalipto e lavanda; pronto para uso com ação germicida/bactericida. Pode ser aplicado no vaso sanitário, ralo, pia, tanque, azulejos, pisos e outras superfícies. Ingrediente ativo: o-benzil-pclorofenol a 0,9%.Composição: ingrediente ativo, conservante, emulsificante, sequestrantes corretor de pH, V solvente, perfume, corante e água. Embalagem plástica resistente, com tampa “tipo rosca”. Indústria Brasileira. Válido por 36 meses, a partir da data de	Unid.	200	R\$ 5,56	R\$ 1.112,00



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

	fabricação. Produto notificado no Ministério da Saúde.				
71	DESODORANTE Aerosol Feminino 150ml. Características: Desodorante, tipo Spray aerosol, com no mínimo 150 ml, conter cloridóxido de alumínio, água, éter, EDTA dissódico. Feminino, antitranspirante, ação prolongada, antialérgico, secagem rápida, sem álcool. Embalagem contendo data de fabricação e validade a vencer de no mínimo 12 meses contados da entrega.	Unid.	100	R\$ 12,14	R\$ 1.214,00
72	Desodorante Aerosol Masculino 150ml. Características: Desodorante, tipo Spray aerosol, com no mínimo 150 ml, conter cloridóxido de alumínio, água, éter, EDTA dissódico. Masculino, antitranspirante, ação prolongada, antialérgico, secagem rápida, sem álcool. Embalagem contendo data de fabricação e validade a vencer de no mínimo 12 meses contados da entrega.	Unid.	100	R\$ 11,90	R\$ 1.190,00
73	DESODORANTE rool-on antitranspirante 24 horas, 90mL feminino e masculino a definir na compra.	Unid.	100	R\$ 8,25	R\$ 825,00
74	DESODORIZADOR DE AMBIENTE - odorizador de ambiente em lata metálica aerosol com tampa vertical, embalagem com 360ml/240g. Acondicionado em embalagem original do fabricante, aromas variados, com o nome do responsável técnico, o lote, a data de fabricação, a validade e o registro no ministério da saúde.	Unid.	50	R\$ 9,81	R\$ 490,50
75	DETERGENTE BIODEGRADÁVEL P/ LOUÇA – 1ª linha, concentrado, neutro, biodegradável, glicerinado, com alto poder de limpeza, com tampa dosadora, para lavagem de louça e talheres, frasco com 500 ml, caixa com 24 unidades. Validade mínima de 02 anos, com registro na ANVISA.	Caixa	20	R\$ 51,34	R\$ 1.026,80
76	DOCE DE FRUTA: Vários sabores. Ingredientes: polpa de frutas, açúcar, glucose, pectina. Embalagem pote de polietileno ou acetato com tampa hermeticamente fechada com lacre de proteção, intacta, contando até 500 gramas de peso líquido.	Pote	100	R\$ 9,58	R\$ 958,00
77	DOCE DE LEITE PASTEURIZADO – Pote de 400 g. As embalagens devem ser uniformes quanto ao tipo e peso para a quantidade total solicitada.	Pote	100	R\$ 8,98	R\$ 898,00



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

	Validade 8 meses com no mínimo 90% de sua validade no ato da entrega.				
78	DOCE GOIABADA – de primeira qualidade, produzido de acordo com as boas práticas de manipulação de alimentos. Polpa de goiaba, açúcar, açúcar líquido e acidulante ácido cítrico. Rotulado com as informações mínimas: marca, endereço, data de produção, data de validade, ingrediente e informação nutricional. Embalagem de 1 kg, devendo ser isenta de mofo ou bolores, odores estranhos e substâncias nocivas.	Pacote	25	R\$ 9,37	R\$ 234,25
79	EMPANADO DE FRANGO – produto obtido através da separação mecanicamente, do frango (peito e/ou coxa e/ou sobrecoxa) isento de ossos, aponeuroses e cartilagens. O produto poderá conter na sua composição flocos de milho, água, gordura vegetal hidrogenada, farinha de arroz, farinha de trigo enriquecida com ferro, proteína texturizada de soja, sal, farinha de rosca, amido, leite em pó, proteína vegetal hidrolisada, vinagre, maltodextrina, condimento natural, ovo em pó, estabilizante poli fosfato de sódio, antioxidante e realçador de sabor. Sua apresentação deve ser congelada, em temperatura de – 10°. C a-25°. C, em embalagens de polietileno. Embalagem de 3 kg.	PCT	50	R\$ 61,00	R\$ 3.050,00
80	EMUSTAB – Emulsificante e estabilizante neutro – Emustab para sorvetes. Embalagem contendo 200 g com validade mínima de 120 dias na data de entrega.	Unid.	25	R\$ 14,64	R\$ 366,00
81	ERVA MATE – Pacote com 1 kg, folhas de erva mate moída e secadas no método tradicional, 100% natural, sem conservantes, aromatizantes ou corantes artificiais, embalada a vácuo. Embalagem de 1 kg.	PCT	10	R\$ 17,10	R\$ 171,00
82	ESCOVA DE DENTES INFANTIL , cerdas de nylon macias, com 4 fileiras de tufo, contendo 28 tufo homogêneos de cerdas aparadas arredondadas uniformemente, cabo reto medindo 15 cm de comprimento, cores sortidas, embalada individualmente em saquinho plástico lacrado.	Unid.	60	R\$ 3,48	R\$ 208,80
83	ESCOVA DENTAL MÉDIA , cabo reto, cerdas macias, de cabeça arredondada contendo 32 tufo de cerdas.	Unid.	100	R\$ 3,21	R\$ 321,00
84	ESCOVA PARA CABELO INFANTIL , com cerdas macias e pontas protetoras. A Escova De Cabelo deve desembaraçar os cabelos das crianças com total conforto, comodidade, suavidade e sem machucar o couro cabeludo, indicada para todos os tipos de	Unid.	30	R\$ 15,82	R\$ 474,60



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

	cabelos secos ou úmidos. Cores e estampas diversas.				
85	ESPUMA DE BARBEAR - óleos essenciais de alecrim que revitalizam a pele; óleos essenciais de zimbro e menta que proporcionam uma sensação de frescor; alontoína, ativo extraído do confrei, que tem ação cicatrizante; e ativos condicionantes que facilitam o barbear embalagem 60ml;	Unid.	25	R\$ 18,43	R\$ 460,75
86	EXTRATO DE TOMATE – produto industrializado preparado com tomate, açúcar e sal, embalagens de 840 g, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido.	Unid.	100	R\$ 10,92	R\$ 1.092,00
87	FARINHA DE CENTEIO –pacote de 1 kg, a embalagem deverá conter os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega.	Pacote	50	R\$ 11,56	R\$ 578,00
88	FARINHA DE MILHO AMARELA – Enriquecida com Ferro e Ácido Fólico. Embalagem com 1 Kg. As embalagens devem ser uniformes quanto ao tipo e peso para a quantidade total solicitada. Validade 6 meses com no mínimo 90% de sua validade no ato da entrega.	Pacote	50	R\$ 5,27	R\$ 263,50
89	FARINHA DE MILHO BRANCA - Enriquecida com Ferro e Ácido Fólico. Embalagem com 1 Kg. As embalagens devem ser uniformes quanto ao tipo e peso para a quantidade total solicitada. Validade 6 meses com no mínimo 90% de sua validade no ato da entrega.	Pacote	50	R\$ 6,84	R\$ 342,00
90	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL - especial, enriquecida com ferro e ácido fólico. Produto obtido pela moagem exclusiva do grão de trigo, isento de terra, sem umidade, (tolerado máximo 15% de umidade), embalagem de 5,0 kg contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido. O produto deverá ter aspecto de pó fino branco, com cheiro e sabor próprios. Qualidade igual ou superior a ANACONDA.	Pacote	150	R\$ 21,29	R\$ 3.193,50
91	FAROFA TEMPERADA DE MANDIOCA - embalagem com 500gr em flocos, temperada e pronta para o consumo. Validade acima de 12 meses.	Pacote	100	R\$ 7,14	R\$ 714,00
92	FEIJÃO PRETO – tipo 1, in natura, novo, grãos inteiros, aspecto brilhoso, liso, isento de matéria terrosa, pedras ou corpos estranhos, fungos ou parasitas, livre de umidade, secos, embalagem	Pacote	360	R\$ 7,39	R\$ 2.660,40



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

	plástica de 1,0 kg contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido. Validade 8 meses com no mínimo 90% de sua validade no ato da entrega.				
93	FERMENTO BIOLÓGICO - Embalagem a vácuo com 250g. As embalagens devem ser uniformes quanto ao tipo e peso para a quantidade total solicitada. Validade 8 meses com no mínimo 90% de sua validade no ato da entrega.	Pacote	75	R\$ 10,13	R\$ 759,75
94	FERMENTO QUÍMICO , Fermento químico em pó, acondicionado em latas ou recipiente de folha de flandres, plástico ou tipo fibro-lata revestido de polietileno, íntegro, resistente, vedado hermeticamente e limpo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto. Embalagem de 100g. O produto deverá apresentar validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.	Unid.	100	R\$ 3,49	R\$ 349,00
95	FILE DE PEIXE tipo tilápia sem espinhos congelados. A embalagem deve estar intacta. Acondicionada em pacotes de 1Kg. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: peso, data de processamento, data de validade, carimbo de inspeção estadual ou federal, procedência da carne, nome e/ou marca, lote e informações nutricionais.	KG	50	R\$ 40,13	R\$ 2.006,50
96	FILE SETE embalagens em saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, contendo peso líquido máximo de 2 kg (dois quilos) por embalagem.	KG	100	R\$ 27,76	R\$ 2.776,00
97	FILME PVC – transparente, atóxico, com largura de 30 cm x 28 cm em bobinas com aproximadamente 3 kg de peso. Acondicionado conforme praxe do fabricante de forma garantir a higiene e integridade do produto até seu uso. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência e qualidade.	Unid	05	R\$ 8,94	R\$ 44,70
98	FILTRO DE PAPEL para coar café, 1 linha, n. 103, 100% de fibras celulósicas, caixa com 30 unidades.	Caixa	50	R\$ 4,64	R\$ 232,00
99	FIO DENTAL para higiene bucal, fio de nylon, embalagem de plástico com 50 metros.	Unid.	50	R\$ 6,42	R\$ 321,00
100	FLANELA – 100% algodão, 30x50, na cor amarela. 1ª linha.	Unid.	50	R\$ 2,35	R\$ 117,50



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

101	FRALDA DE PANO 100% algodão , 70 X 70 cm, tecido duplo com alta absorção, pacote com 5 unidades.	Pacote	30	R\$ 67,16	R\$ 2.014,80
102	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL G pacote com 80 unidades, tripla proteção, barreiras antivazamento, fita lateral com controle de ajuste para bebês com peso entre 9 a 14 kg. Com validade mínima de 24 meses de fabricação.	Pacote	100	R\$ 133,07	R\$ 13.307,00
103	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL GG pacote com 70 unidades, tripla proteção, barreiras antivazamento, fita lateral com controle de ajuste para bebês com peso entre 13 a 16 kg. Com validade mínima de 24 meses de fabricação.	Pacote	100	R\$125,87	R\$ 12.587,00
104	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL M , pacote com 90 unidades, tripla proteção, barreiras antivazamento, fita lateral com controle de ajuste para bebês com peso entre 6 a 11 kg. Com validade mínima de 24 meses de fabricação.	Pacote	50	R\$ 138,87	R\$ 6.943,50
105	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL P pacote com mínima 70 unidades, tripla proteção, barreiras antivazamento, fita lateral com controle de ajuste para bebês com peso entre 5 a 8 kg. Com validade mínima de 24 meses de fabricação.	Pacote	50	R\$ 105,78	R\$ 5.289,00
106	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL PP ou RN pacote com mínimo 30 unidades, tripla proteção, barreiras antivazamento, fita lateral com controle de ajuste para bebês com peso até 5 kg. Com validade mínima de 24 meses de fabricação.	Pacote	30	R\$ 49,98	R\$ 1.499,40
107	FRANGO INTEIRO: Carne de frango tipo frango inteiro congelada sem miúdos, peso médio mínimo 2 kg, manipulada em condições higiênico-sanitárias, deve ser congelada e transportada à temperatura de – 18°C ou inferior; a percentagem de água ou gelo não deve ultrapassar 10% do peso; deverá ter aspecto, cheiro e sabor próprios; estar com ausência de sujidades, parasitas, larvas e qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração; deverá ser identificado com rótulo contendo registro do produto de acordo com a legislação vigente (SIF). Deve constar na embalagem a data de fabricação e validade, procedência, informação nutricional.	UNID.	50	R\$ 26,82	R\$ 1.341,00



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

108	FUBÁ - Fubá de milho pacote c/ 1 Kg contendo identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade, com registro do Ministério da Saúde, obedecendo à resolução 12/78 da CNNPA.	Pacote	50	R\$ 3,89	R\$ 194,50
109	GELATINA - sabores diversos (limão, morango, uva e abacaxi), contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquida. Caixa com 36 unidades de 0,85g cada.	CAIXA	15	R\$ 49,58	R\$ 743,70
110	IOGURTE COM POLPA DE FRUTAS – Iogurte com polpa de frutas (bandeja com 6 unidades de 100 gramas cada).	Bandeja	400	R\$ 3,49	R\$1.396,00
111	IOGURTE SEM LACTOSE (SABORES VARIADOS) . Acondicionado em embalagem plástica (GARRAFA) contendo aproximadamente 900 ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número do registro no ministério da agricultura e carimbo de inspeção do SIM, SIE OU SIF. Validade mínima de 30 (trinta) dias.	Garrafa	50	R\$ 14,98	R\$ 749,00
112	Jogo de xadrez confeccionado em M.D.F. - Estojo tabuleiro com fecho metálico serigrafado na face externa com tinta atóxica, em quadrantes claros e escuros, com 32 peças para o xadrez (Rei 10 cm de altura). Estojo/tabuleiro aberto mede: 40 x 41 x 3 cm. Embalagem: Estojo fechado mede: 40 x 22 x 6.Lacrado com película de P.V.C., encolhível.	Unid.	06	R\$ 124,68	R\$ 748,08
113	Jogo quebra-cabeça de 24 peças, material cartonado ou plástico, com tema variados, produto aprovado pelo INMETRO.	Unid.	05	R\$ 43,19	R\$ 215,95
114	Kit de livros infantis com 10 unidades, produto novo, tamanho: 20x13,5 cm, escrita em caixa alta, para crianças na fase de alfabetização. Títulos de sugestão: A princesa e o Sapo /Aladim/Alibaba e os 40 Ladrões/Cachinhos Dourados e os Três Ursos/João e o pé de Feijão/O Flautista de Hamelin/O Magico de OZ/O Patinho Feio/O Soldadinho de Chumbo/ Simbad/O Marujo/A Bela Adormecida/A Pequena Sereia/ Branca de Neve/Cinderela/Chapeuzinho Vermelho/O pequeno Polegar.	Kit	02	R\$ 28,00	R\$ 56,00
115	Lacinho para cabelo , pacote com 50 unidades.	Pacote	05	R\$ 5,90	R\$ 29,50



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

116	LARANJA PERA -tamanho médio, grau médio de amadurecimento, com casca íntegra e firme, sem machucaduras, de 1º qualidade.	KG	500	R\$ 3,69	R\$ 1.845,00
117	LEITE Condensado composto de leite integral, açúcar e lactose (tradicional), de consistência cremosa e textura homogênea, acondicionado em lata contendo 395g com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade (mínimo de 01 ano) e peso líquido.	Unid.	120	R\$ 6,24	R\$ 748,80
118	LEITE EM PÓ INTEGRAL - Enriquecido com no mínimo 7 vitaminas e minerais. Embalagem de 400 g. Rendimento mínimo de 3,1 litros. As embalagens devem ser uniformes quanto ao tipo e peso para a quantidade total solicitada. Validade 8 meses com no mínimo 90% de sua validade no ato da entrega.	Pacote	100	R\$ 20,09	R\$ 2009,00
119	LEITE INTEGRAL - leite integral UTH, embalagem tetrapak de 1 litro, data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 3 meses, com registro no SIF/DIPOA e/ou SIP/POA.	LITRO	600	R\$ 4,83	R\$ 2.898,00
120	LEITE SEM LACTOSE 1LT. Leite fluido, com mais que 3% de gordura e contendo mais de 80% de lactose hidrolisada.	LITRO	100	R\$ 6,78	R\$ 678,00
121	LENÇO UMEDECIDO , com 400 unidades 18 x11 , sem álcool etílico e com fragrância.	Pacote	150	R\$ 28,86	R\$ 4.329,00
122	LIMPA VIDROS - FRASCO C/ 500 ml. Líquido, com álcool, ação instantânea, para a limpeza de vidros e acrílicos, embalagem plástica, com pulverizador. Validade mínima de 12 meses a contar da data da entrega do produto.	Unid.	100	R\$ 7,30	R\$ 730,00
123	LINGUIÇA PURA – Características gerais: proveniente de animais abatidos sob expeção veterinário. Durante o processamento, deverão ser mantidas condições higiênicas sanitárias. Não será permitido parasitas, corpos estranhos ou qualquer outra substância contaminante que possa alterá-lo ou encobrir alguma alteração.	KG	100	R\$ 22,17	R\$ 2.217,00
124	LINGUIÇA TOSCANA – Linguiça toscana, elaborada com carnes nobres suínas e condimentação natural, produto cárneo industrializado, obtido de carnes de animais de açougue, adicionados ou não de tecidos adiposo, ingredientes, embutidos em envoltório natural ou artificial e submetido ao processo tecnológico adequado, produto congelado a 12°C.	KG	100	R\$ 17,80	R\$ 1.780,00



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

125	LUVA LÁTEX natural forrada, palma antiderrapante, forma anatômica, espessura média 0,55 mm, comprimento 300 mm, alta resistência tamanho M. Fardo com 12.	FARD O	10	R\$ 39,73	R\$ 397,30
126	LUVA LÁTEX LÁTEX natural forrada, palma antiderrapante, forma anatômica, espessura média 0,55 mm, comprimento 300 mm, alta resistência tamanho P. Fardo com 12 unidades	FARD O	10	R\$ 39,73	R\$ 397,30
127	LUVAS DE LÁTEX natural forrada, palma antiderrapante, forma anatômica, espessura média 0,55 mm, comprimento 300 mm, alta resistência tamanho G. Fardo com 12.	FARD O	10	R\$ 39,73	R\$ 397,30
128	MAÇÃ FUGI - de 1ª qualidade casca íntegra, unidades em torno de 110 a 135 gramas, aroma sabor da espécie, sem fermentos, firmes, tenras e com brilho, com grau de maturação adequado para servir.	KG	400	R\$ 7,02	R\$ 2.808,00
129	MACARRÃO SEM GLÚTEN 500G , isento de ovos. Ingredientes: Farinha de arroz e/ou farinha de milho, podendo conter corantes naturais emulsificante. Cozimento entre 8 e 10 minutos, formato pena ou parafuso, embalagem resistente, contendo 500 gramas do produto. Validade mínima de 06 meses a contar da data de entrega.	Pacote	30	R\$ 7,02	R\$ 210,60
130	MACARRÃO TIPO ESPAGUETE - macarrão tipo espagete com ovos, enriquecido com ferro e ácido fólico, livre de sujidades, acondicionado em pacote plástico transparente e atóxico, resistentes e não violados. A embalagem deverá conter identificação de procedência do produto, informação nutricional, número do lote, data de validade, número do registro. Pacote peso líquido 500G.	Pacote	250	R\$ 3,49	R\$ 872,50
131	MACARRÃO TIPO INSTANTÂNEO - com tempero sabores variados, em embalagens plásticas contendo aproximadamente 85 gr e tempero contendo 05 gramas.	Pacote	150	R\$ 2,64	R\$ 396,00
132	MACARRÃO TRICOLOR TIPO PARAFUSO - Macarrão de sêmola tipo parafuso tricolor, livre de sujidades, acondicionado em pacote plástico transparente e atóxico, resistentes e não violados. A embalagem deverá conter identificação de procedência do produto, informação nutricional, número do lote, data de validade, número do registro. Pacote peso líquido 500G.	Pacote	250	R\$ 4,34	R\$ 1.085,00
133	MAIONESE tradicional, emulsão cremosa obtida com ovos e óleo vegetal, com adição de condimentos, substâncias comestíveis e sem	POTE	150	R\$ 7,95	R\$ 1.192,50



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

	corantes, de consistência cremosa, amarelo-claro, com cheiro e sabor próprio, pote com de 500gr.				
134	MAMÃO – Tipo Formosa de 1ª qualidade, grau médio (50%) de amadurecimento, com casca sã, sem rupturas, características de cultivo bem definida, bem formado e em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	100	R\$ 7,30	R\$ 730,00
135	MANDIOCA – em perfeito estado de conservação, descascada e embalada a vácuo, embalagem de 1 kg, mandioca congelada, selecionada de ótima qualidade, compacta, firme, coloração uniforme, aroma, cor típicos da espécie, em perfeito estado de desenvolvimento, não serão permitidos danos que lhe alterem a conformação e a aparência. Necessita estar isenta de sujidades, parasitas, rachaduras, cortes e perfurações.	KG	200	R\$ 6,14	R\$ 1.228,00
136	MANGA —Fruta com grau de maturação que lhes permita suportar transporte, manipulação e conservação adequada para consumo imediato e imediato, tamanho médio apresentando cor, tamanho e conservação uniformes, sem manchas, machucaduras, bolores, sujidades, ferrugem ou outro defeito que possam alterar sua aparência e sua qualidade, livre de resíduos e fertilizantes.	KG	100	R\$ 6,37	R\$ 637,00
137	MARGARINA SEM GLÚTEN: Óleos vegetais líquidos e modificados, água, sal, Estabilizante: Lecitina de soja, Aromatizante: Aroma natural, Antioxidantes: Mistura concentrada de tocoferóis e ácido cítrico, Corantes: Urucum e cúrcuma. Não contenha glúten. Marca equivalente a Qualy vegê.	POTE	50	R\$ 17,97	R\$ 898,50
138	MARGARINA – livre de gorduras trans, produzida exclusivamente de gordura vegetal, com adição de sal, em potes de polipropileno com lacre de papel aluminizado entre a tampa e o pote, resistentes, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo contendo peso líquido 500 g. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Marca similar ou equivalente a Qualy.	POTE	300	R\$ 6,86	R\$ 2.058,00
139	MELANCIA – unidades redondas, graúdas, de primeira, livre de sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida e madura, com polpa firme e intacta.	KG	500	R\$ 3,22	R\$ 1.610,00
140	MELHORADOR DE FARINHA , para pães de longa fermentação composição: Amido de milho,	Pacote	30	R\$ 16,77	R\$ 503,10



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

	estabilizantes: polisorbato 80, estearoil lactilato de sódio e melhoradores de farinha: azodicarbonamida, ácido ascórbico e alfa amilase. Pacote com 300 gramas.				
141	MILHO DE PIPOCA - Milho para pipoca tipo 1, preparados com matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas e parasitos e de detritos animais ou vegetais com no máximo de 15% de umidade. Embalagem contendo 500g.	Pacote	100	R\$ 4,57	R\$ 457,00
142	MILHO VERDE EM CONSERVA - c/ 200 gr. Contendo identificação do produto data de fabricação e prazo de validade, c/ registro do Ministério da Saúde, obedecendo à resolução 12/78 da CNNPA.	Unid.	250	R\$ 3,92	R\$ 980,00
143	MIX DE FARINHAS SEM GLÚTEN , embalagem de 500g ou 1kg. Produto destinado às crianças alérgicas ao glúten. Podendo conter: farinha de arroz, farinha/fécula de mandioca, fécula de batata, amidos e goma xantana. Embalagem resistente e contendo todos os dados de fabricação, lote e validade. Validade mínima de 06 meses a contar da data de entrega.	Pacote	50	R\$ 19,95	R\$ 997,50
144	MORANGO , de 1ª qualidade grau médio de amadurecimento, com casca íntegra, sem rupturas, manchas, amassados ou mofo, embalagem de mínimo 250 g.	Bandeja	50	R\$ 9,02	R\$ 451,00
145	MORTADELA FATIADA sem gordura, aspecto próprio, não amolecido, nem pegajoso, cor sabor e cheiro próprio, sem manchas esverdeadas. Ausência de sujidades, larvas e parasitas. Certificado de inspeção sanitária, data de fabricação e validade, SIF, peso, marca e carimbos oficiais de acordo com as portarias do ministério da agricultura e vigilância sanitária. No ato da entrega apresentar temperatura entre 0° e 4°C.	KG	100	R\$ 17,48	R\$ 1.748,00
146	MULTINSETICIDA – eroso, 400ml – Multi inseticida, para matar insetos, inodoro, composição: ingredientes ativos p/p imiprothrim 0,1%, permethrin 0,15%, butoxido de piperonila 2% ingredientes inertes para 100 %. Prazo de validade de no mínimo 6 (seis) meses, e data de fabricação não superior a 60 (sessenta) dias, contados retroativamente da data da entrega do produto. Produto notificado na ANVISA/Ministério da Saúde.	Unid.	12	R\$ 15,32	R\$ 183,84
147	MÚSCULO SEM OSSO – Carne bovina corte músculo, porção em cubos, isento de aditivos ou substâncias estranhas que sejam impróprias ao consumo e que alterem suas características naturais (físicas, químicas e organolépticas). Deverá ser	KG	150	R\$ 29,95	R\$ 4.492,50



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

	aconditionada em embalagem primária constituída de plástico atóxico transparente, isenta de sujidades e ou ação de microrganismos. Devidamente selada, com especificação de peso, validade, do produto e marca/procedência. Validade a vencer de no mínimo 3 meses da entrega. No ato da entrega apresentar temperatura entre 0° e 4°C.				
148	NATA – Creme de leite pasteurizado, registro no ministério da agricultura validade de 7 dias. Deverá aparecer o peso do produto na embalagem (pote 300gr) embalagem nova resfriada os potes devem estar bem lacrados.	POTE	50	R\$ 10,79	R\$ 539,50
149	ÓLEO - embalagem 900ml, refinado, tendo sofrido processo tecnológico adequado como de gomagem, neutralização, clarificação, frigorigeração ou não e desodorização. Devera apresentar aspecto, cheiro, sabor e cor peculiares e deverá estar isento de ranço e de outras características indesejáveis. Na rotulagem deverá apresentar as indicações correspondentes à classificação. Deve ser embalado em garrafas plásticas tipo pet ou lata, não amassadas, resistentes, que garantam a integridade do produto até o consumo, contendo 900ml de peso líquido. A embalagem devera conter externamente os dados de identificação, procedência, quantidade do produto, prazo de validade e informações nutricionais. Validade mínima de 1 ano a contar da data de recebimento.	Unid.	400	R\$ 6,48	R\$ 2.592,00
150	OVOS BRANCOS – Embalagem: o produto deve ser embalado em caixa limpas, resistentes e com capacidade para 1 dúzia. Características gerais: o produto deve estar limpo, não podendo estar rachado, trincado ou quebrado.	DÚZIA A	300	R\$ 8,45	R\$ 2.535,00
151	PA PARA LIXO , metálica, 21 x 21 cm longo com cabo em madeira de 60 cm.	Unid.	15	R\$ 12,55	R\$ 188,25
152	PANO DE CHÃO - alvejado em algodão, com costuras laterais, alta absorção de umidade, tamanho equivalente a um saco de açúcar de 50 kg vazio, medindo aproximadamente 60 x 80 cm, gramatura de 22 de batida, peso aproximadamente de 200gr.	Unid.	50	R\$ 8,08	R\$ 404,00
153	PANO DE PRATO , material em 100% algodão, branco, liso, 50 cm x 68 cm com barra over locada.	UNID.	50	R\$ 3,75	R\$ 187,50
154	PAPEL ALUMÍNIO 4,5x4,0com 7,5 metros. Papel alumínio em rolo medindo 30 cm de largura e 7,5 mt de comprimento. Acondicionado conforme a praxe	UNID.	10	R\$ 7,51	R\$ 75,10



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

	do fabricante de forma a garantir a higiene e integridade do produto até seu uso, embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência e quantidade.				
155	PAPEL HIGIÊNICO - neutro, branco, folha dupla de alta qualidade, picotado, texturizada, 100% fibra celulósica natural, em fardo com 16 pacotes de 04 rolos cada medindo 30 metros por 10 centímetros.	Fardo	50	R\$ 87,91	R\$ 4.395,50
156	PAPEL INTER FOLHADO , 100% fibras naturais, contendo pacote com 1.000 folhas 20 x 20 cm.	Pacote	300	R\$ 18,32	R\$ 5.496,00
157	PAPEL TOALHA , pacote com 02 rolos com 50 toallas, medidas 22 x 20 cm.	Pacote	150	R\$ 5,77	R\$ 865,50
158	PEDRA SANITÁRIA COM SUPORTE - TIPO: Arredondada com suporte, AROMA: Floral. CONSISTÊNCIA: Sólida, COMPOSIÇÃO: Paradiclorobenzeno, essência e corante, PESO: 35g, VARIAÇÃO: +/-10% do peso, USO: Vaso Sanitário.	Unid.	120	R\$ 2,02	R\$ 242,40
159	PEITO DE Frango cortes congelados e não temperados, acondicionados em embalagem plástica, isenta de penas, com osso, congelada, hermeticamente fechado e rotulado conforme legislação sanitária vigente, sendo tolerada a variação de até 8% no peso líquido do produto descongelado em relação ao peso congelado. Inspeccionado pelo Ministério da Agricultura (SIF ou SIE).	KG	100	R\$ 12,89	R\$ 1.289,00
160	PEPINO SALADA - verde-escuro, liso, tamanho médio, tamanho e coloração uniforme, com polpa intacta, sem defeitos graves (podridão, danos profundos, desidratação ou virose, oco, (descolorado, passado ou torto) categoria extra.	KG	100	R\$ 4,96	R\$ 496,00
161	PERNIL SUÍNO , produto obtido a partir de pernil sem osso, isento de pele, cartilagens, veias, aponevroses, intestinos, tendões, fragmentos de ossos ou outros tecidos inferiores. Deve apresentar-se cortado em tiras de tamanho uniforme. Não pode conter: corantes artificiais, aromatizantes artificiais, conservantes, molhos, pimenta e condimentos. Temperatura 18C.	PCT	150	R\$ 14,77	R\$ 2.215,50
162	PICADINHO BOVINO S/ OSSO – Carne bovina, resfriada, cortada em cubos pequenos, sem gordura aparente. Seguir os padrões microbiológicos	KG	100	R\$ 31,76	R\$ 3.176,00



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

	estabelecidos pela Resolução RDC nº12 de 02/01/01 ANVISA/MS. A embalagem do produto deverá ser sacos de polietileno de baixa densidade, lacrado, resistente ao transporte e armazenamento, contendo peso líquido máximo de 2 kg (dois quilos) por embalagem. As embalagens devem ser identificadas com o nome do produto, peso do produto e data de validade. No ato da entrega apresentar temperatura entre 0° e 4°C.				
163	PIMENTA DO REINO MOÍDA - embalagem com 250 gr, pimenta moída em pó fino, obtido de produtos maduros de espécimes genuínos, grãos sadios, limpos, dessecados, e moídos, de coloração cinza escuro, com cheiro e sabor próprios, sentido de impurezas e materiais estranhos a sua espécie, acondicionado em saco plástico transparente, atóxico, resistente e hermeticamente vedado.	Pacote	10	R\$ 12,57	R\$ 125,70
164	POLVILHO AZEDO 500G - polvilho tipo azedo, coloração branca, isento de sujidades, com validade mínima de 9 meses a contar da data de entrega. Embalagem de 500gr.	Pacote	50	R\$ 6,51	R\$ 325,50
165	POLVILHO DOCE - polvilho tipo doce, coloração branca, isento de sujidades, com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. Embalagem de 500gr.	Pacote	50	R\$ 6,73	R\$ 336,50
166	PREPARO PARA REFRESCO –com 1% de poupa de fruta desidratada e fonte de vitamina c, sabores diversos (laranja, uva, abacaxi, pêssego, limão, manga e maracujá).Embalagem de 1 kg, contendo identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade.	Pacote	200	R\$ 12,87	R\$ 2.574,00
167	PRESUNTO COZIDO FATIADO Cozido, de carne suína, sem capa de gordura, hermeticamente embalado, inspecionado pelo Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), devendo constar de sua embalagem a indicação de tal inspeção, bem como, a data de sua validade, a data de sua fabricação e a sua informação nutricional, apresentar ótima aparência, odor natural e característico do produto, ótimas condições de conservação. O produto deverá apresentar ótimas condições de fatiação, dispensando fatias uniformes e regulares, exatamente igual ao formato da peça apresentada. No ato da entrega apresentar temperatura entre 0° e 4°C.	KG	100	R\$ 29,21	R\$ 2.921,00
168	PROTETOR SOLAR , fator de proteção solar 60 contra ação dos raios ultravioletas do tipo UVA e UVB com repelente/ tamanho 120 ml resistência à água e ao suor, odor suave e agradável, não deve	Unid.	25	R\$ 49,55	R\$ 1.238,75



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

	conter substâncias oleosas (tipo oil-free”), deve utilizar substâncias que não provoquem alergia(tipo hipoalergênico), não deve obstruir os poros (tipo não comedogênico), não deve provocar manchas na pele ou nas roupas, produto registrado no Ministério da Saúde- ANVISA, validade mínima: 02 (dois) anos a partir da data de entrega.				
169	QUEIJO MUSSARELA FATIADO Tipo Mussarela, de leite de vaca de boa qualidade, não prensado, de consistência semi dura, rígida, textura compacta, com odor e sabor suave e levemente salgado, condicionado, hermeticamente fechado. No ato da entrega apresentar temperatura entre 0° e 4°C.	KG	100	R\$ 39,94	R\$ 3.994,00
170	QUEROSENE - solvente Derivado do Petróleo Composição: Solvente, tipo 100% hidrocarboneto asfáltico, isento de benzeno, uso em pisos e com alto poder de limpeza, o produto deverá estar em conformidade com as legislações vigentes. Apresentação: Caixa com 12 frascos de 900 ml.	Caixa	03	R\$ 208,44	R\$ 625,32
171	QUIRERA AMARELA – quirera de milho amarelo. Não deverá apresentar resíduos, impurezas, bolor ou cheiro não característico. Deve ser fabricadas com matérias primas sãs e limpas, isentas de matéria terrosa, parasitas. Devera está em perfeito estado de conservação. Embalagem primária de até 1 kg de polietileno transparente atóxico, hermeticamente vedado e intacto. Fabricação máxima de 30 dias antes da entrega. Validade de no mínimo 6 meses a partir da data de entrega. Deve conter registro no ministério da saúde.	Pacote	100	R\$ 6,06	R\$ 606,00
172	REFRIGERANTE - refrigerante, material água gasosa/xarope, contendo nome e marca do fabricante. Refrigerantes de primeira qualidade, embalagens de 02 litros nos sabores: Laranja, guaraná e cola. Fardo com 6 unidades.	FARDO	50	R\$ 28,22	R\$ 1.411,00
173	REPOLHO VERDE – Tamanho médio, primeira qualidade, cabeças fechadas, sem ferimentos ou defeitos, tenros, sem manchas e com coloração uniforme. Livres de terra nas folhas externas.	Unid.	100	R\$ 4,15	R\$ 415,00
174	RODO DE ESPUMA ESPONJA, 1ª linha - De poliuretano e fibra sintética com abrasivo indicado para lavar pisos e azulejos. Cabo aprox. 1,30 m de comprimento por 3cm de diâmetro, feito com madeira, cepa: com a possibilidade: 40 cm de comprimento.	Unid.	05	R\$ 14,89	R\$ 74,45
175	RODO EM PLÁSTICO com borracha dupla 60 centímetros, com reforço fixo na base e no cabo.	Unid.	20	R\$ 16,09	R\$ 321,80



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

	Dimensões aproximadas: Largura: 60 cm; Altura do cabo: 1,20.				
176	SABÃO EM BARRA - Glicerinado. Composição básica: carbonato de sódio, dióxido de titânio, glicerina, corante e outras substâncias químicas permitidas; especificações PH 1% = 11,5 máximo, alcalinidade livre; máximo 0,5% P/P; de glicerina; na cor amarela; embalado em saco plástico, com validade 2 anos; Pacote com 5 unidades de 200 Gr.	Pacote	50	R\$ 13,07	R\$ 653,50
177	SABÃO EM PÓ -Sabão em pó de primeira linha, azul, com aparência uniforme, Isentos de sujeiras e materiais estranhos. Solúvel rapidamente em água sem formar agregados de difícil dissolução. Biodegradável. Embalagem com 1Kg, com multi ação.	Caixa	400	R\$ 8,02	R\$ 3.208,00
178	SABONETE EM BARRA , mínimo 80 gr, glicerinado.	Unid.	300	R\$ 2,18	R\$ 654,00
179	SABONETE INFANTIL , aspecto físico, sólido, 90Gr, aroma suave, cor branca, sabonete infantil, glicerinado, hipoalergênico, em barra, PH neutro, dermatologicamente aprovado para crianças, embalagem com 1 unidade de 90 grs.	Unid.	60	R\$ 3,76	R\$ 225,60
180	SABONETE LÍQUIDO - Líquido com consistência cremosa, perfumado em fragrâncias variadas, pH neutro, acondicionado em embalagem plástica de 5 litros. Validade mínima de 12 meses a contar da data de entrega do produto.	Unid.	50	R\$ 29,39	R\$ 1.469,50
181	SACO PLÁSTICO para lixo com capacidade de 15 litros, reforçado, na cor preta ou azul. Rolo com 50 unidades.	Fardo	100	R\$ 9,39	R\$ 939,00
182	SACO PLÁSTICO para lixo com capacidade de , 50 litros, 6 micras, cor preta, com medidas de 63 X 80 cm, de polipropileno. Aplicação: uso doméstico. Pacote com 10 unidades. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 9190/9191/13055/13056.	Fardo	200	R\$ 4,42	R\$ 884,00
183	SACO PLÁSTICO para lixo capacidade de 100	Fardo	50	R\$ 47,28	R\$ 2.364,00



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

	litros, de alta resistência e qualidade, Fardo C/100 un.				
184	SACO PLÁSTICO para lixo capacidade de 30 litros, de alta resistência e qualidade, Fardo C/100 un.	Fardo	50	R\$ 21,36	R\$ 1.068,00
185	SAGU – acondicionado em embalagens de polietileno transparente resistente, atóxico e hermeticamente vedado com 500 gr. Fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas. Isento de impurezas, sujidades, parasitas e larvas. Data de fabricação de no máximo 30 dias antes da entrega. Validade 12 meses a partir da data de entrega do produto.	Pacote	50	R\$ 7,34	R\$ 367,00
186	SAL-AMONÍACO , embalagem 100 gramas.	Pacote	12	R\$ 6,63	R\$ 79,56
187	SAL AMONÍACO : Produto de primeira qualidade deverá apresentar-se livre de parasitas e de qualquer substância contaminante, sem traços brancos ou mofo. Embalagem plástica atóxica, intacta, contendo informações sobre o produto, informações nutricionais e prazo de validade, com mínimo 40gr.	Pacote	20	R\$ 2,50	R\$ 50,00
188	SAL IODADO – embalagens de 1 kg de polietileno transparente. Com granulação uniforme e com cristais brancos. No mínimo 58,5% de cloreto de sódio e com dosagem de sais de iodo não tóxico de no mínimo 10 mg e máximo de 15 mg de iodo por kg. De acordo com o preconizado pelas regulamentações da ANVISA. Deve conter data de validade e fabricação na embalagem. Validade de 12 meses a partir da data de entrega do produto.	Pacote	50	R\$ 1,89	R\$ 94,50
189	SALSICHA TIPO VIENA – resfriado em embalagem plástica flexível, atóxica, resistente e transparente, contendo 1 Kg e no rótulo apresentar a identificação da empresa, com prazo de validade e fabricação. O produto deve ter registro no Ministério da Agricultura e/ou SIF/DIPOA e/ou SIP/POA. No ato da entrega apresentar temperatura entre 0° e 4°C.	KG	150	R\$ 12,50	R\$ 1.875,00
190	Sandália rasteira feminina , confeccionado em material sintético leve e resistente de alta qualidade. O cabedal com duas tiras na parte frontal, a palmilha macia com solado flexível, emborrachado e antiderrapante. Tamanhos de 34 a 42.	Par	30	R\$ 50,95	R\$ 1.528,50
191	SAPÓLIO LÍQUIDO - Saponáceo com detergente. Composição: tensoativos aniônico, alcalinizante, agente abrasivo, agente de branqueamento e essência	Unid.	50	R\$ 3,79	R\$ 189,50



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

	(pinho, limão). Exclusivo sistema de tampa abre-fecha - Contém tensoativo biodegradável. Embalagem plástica de 300 ml.				
192	SARDINHA – lata 80gr, em óleo conservante comestível, inteiro, com identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade mínima de 12 meses, devesse conter registro no Ministério competente, embalagem em perfeitas condições: sem machucões e/ou ferrugem.	LATA	100	R\$ 6,22	R\$ 622,00
193	SHAMPOO INFANTIL , hipoalergênico, que não provoca lágrimas. Com validade mínima de 1 ano a contar da datada entrega do produto. Embalagem com 200 ml.	Unid.	50	R\$ 13,44	R\$ 672,00
194	SHAMPOO , cabelos normais, frasco com 400 ml.	Unid.	100	R\$ 13,25	R\$ 1.325,00
195	TEMPERO COLORAU ; Descrição: Alimento a base de urucum; Características Adicionais: Em pó, sem sal, produtos temperadores e geradores de cor para as refeições, Registrado no Ministério da Agricultura ; Prazo De Validade: Mínimo 24 meses. Embalagem mínima de (100g).	Pacote	10	R\$ 11,43	R\$ 114,30
196	TEMPERO PRONTO : Composto por alho e sal com polpa de alho natural embalagem de 300 gramas.	Unid.	50	R\$ 4,60	R\$ 230,00
197	TOMATE CAQUI RASTEIRO – in natura, grau médio de maturação, de 1º qualidade, características do cultivo bem definidas, deverão estar fisiologicamente desenvolvidos, bem formados, limpos, livres de resíduos de fertilizantes. Apresentar coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos e pragas e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	300	R\$ 6,00	R\$ 1.800,00
198	TOUCA DESCARTÁVEL , sanfonada, com elástico duplo circundando toda a extremidade, material 100% polipropileno, atóxico de cor branca, descartável, hipoalérgica, anatômica e de fácil ajuste. Pacote com 100 unidades.	Pacote	15	R\$ 9,96	R\$ 149,40
199	VASSOURA DE NYLON COM CABO - Vassoura com corpo revestido em plástico rígido com extremidade rosqueada e cerdas longas em nylon medindo de 26 a 30 cm de comprimento x 4,5 a 5 cm de largura. Cabo em madeira com 140 cm de altura. Com capa plástica em polipropileno e cepa plástica	Unid.	15	R\$ 11,32	R\$ 169,80



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

	rosqueável.				
200	VASSOURA DE PALHA C/ CABO DE MADEIRA - Vassoura, com cepa e cerdas de palha, tipo 05 fios, amarração com arame, cabo madeira medindo 1,20 m, comprimento cerdas 60 cm.	Unid.	15	R\$ 26,14	R\$ 392,10
201	VINAGRE - Ácido acético obtido mediante fermentação acética de soluções aquosas de álcool, procedente principalmente de matérias agrícolas. Padronizado, refiltrado, pasteurizado e envasado para a distribuição no comércio em geral. Com acidez de 4,15%. Embalagem plástica/garrafa pet, sem corantes, sem essência e sem adição de açúcares. De acordo com a rdc nº 276/2005. Embalagem com 900 ml.	Unid.	50	R\$ 2,58	R\$ 129,00
				TOTAL	R\$ 242.413,71

9. DO PREÇO MÁXIMO ADMITIDO

9.1. O preço total máximo admitido para a licitação será de: **R\$ 242.413,71 (duzentos e quarenta e dois mil quatrocentos e treze reais e setenta e um centavos).**

10. DOS PREÇOS REFERENCIAIS

10.1. Os preços referenciais do presente Termo foram coletados pela Divisão de Orçamentos do Departamento de Licitação, sendo desta a total responsabilidade quanto à coleta e processamento das informações, e representam preços médios dos orçamentos, conforme anexos que integram o processo inaugural.

11. DA NATUREZA E GARANTIA DO OBJETO

11.1. **Natureza:** Bem comum de natureza não continuada;

11.2. **Garantia:** A empresa deverá garantir a qualidade dos produtos a serem fornecidos, observando os defeitos de fábrica, bem como o prazo de validade dos mesmos, devendo ainda, quando solicitado, proceder com substituição do produto em desacordo no prazo máximo de 72 (setenta e dois) dias, contados da data da notificação.

12. PROVA DE QUALIDADE, RENDIMENTO, DURABILIDADE E SEGURANÇA DO OBJETO

12.1. Não se aplica.

13. DAS AMOSTRAS

13.1. Não se aplica.

13.2. Não será solicitado amostra, entretanto serão recusados produtos em desacordo ou de qualidade inferior, que não atenderem as descrições do edital, manifestação dos fiscais e da equipe técnica e também dos acolhidos.



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

14. HAVERÁ ASSISTÊNCIA TÉCNICA

14.1. Não se aplica.

15. FORMA DE CONTRATAÇÃO

15.1. Pregão Eletrônico.

16. DO CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

16.1. Menor preço por **ITEM**.

17. DA MODALIDADE DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. Aplica-se por se tratar de bem de natureza divisível, de aquisição parcelada e incerteza de quantidade consumida.

18. DO SIGILO NO ORÇAMENTO ESTIMADO

18.1. Não se aplica.

19. DA PREFERÊNCIA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

19.1. Não se aplica.

20. DA VISTORIA

20.1. Não se aplica.

21. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

21.1. As proponentes deverão apresentar no mínimo 01 (um) atestado/declaração fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante já forneceu, satisfatoriamente, o objeto licitado. O atestado/declaração deverá conter, no mínimo, o nome da empresa/órgão contratante, número de CNPJ e o nome do responsável pelo mesmo.

21.2. Para os produtos Perecíveis dos ITENS: 50, 64, 66, 79, 95, 96, 107, 110, 111, 119, 120, 123, 124, 133, 137, 138, 145, 147, 148, 150, 159, 161, 162, 167, 169, 189.

21.3. Os produtos perecíveis deverão ser transportados em carros com sistema de refrigeração adequado e compatível com a temperatura exigida em edital, inspecionados por autoridade sanitária;



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

21.4. As carnes deverão ser transportados em carros com sistema de refrigeração adequado e compatível com a temperatura exigida em edital, inspecionados por autoridade sanitária. Os produtos devem apresentar no momento da entrega a temperatura mínima especificada no edital;

21.5. A entrega de carnes deverá ser realizada por funcionário devidamente uniformizado, utilizando vestes claras, limpas, calçado fechado e proteção no cabelo (touca ou boné);

21.6. Apresentar Licença Sanitária do estabelecimento;

21.7. Apresentar Licença Sanitária do(s) veículo(s) que realizará(ão) as entregas de gêneros alimentícios que necessitem de refrigeração/ congelamento;

22. DOS CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE

22.1. Não se aplica.

23. DOS RISCOS A SEREM ASSUMIDOS PELA DETENTORA DA ARP

23.1. Não se aplica, visto que o processo não apresenta análise de risco.

24. DA GARANTIA PARA HABILITAÇÃO OU CONTRATUAL

24.1. Mediante comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, comprovação de qualificação econômico-financeira e demais comprovações eventualmente solicitadas via Edital/Anexos.

25. DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

25.1. A empresa fica obrigada a entregar o objeto, quando solicitados através de Nota de Empenho – NE, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência no prazo não superior de **20 (vinte) dias corridos para entregar dos itens não perecíveis e produtos de limpeza**, contadas do recebimento da respectiva Nota;

25.2. A contratada terá o prazo de **20 (vinte) dias corridos para entrega de itens perecíveis**, sem custos adicionais, após o recebimento da nota de empenho;

25.3. O envio da Nota de Empenho à Detentora da Ata poderá ser efetivado via e-mail ou qualquer outro meio de comunicação;

24.4. A empresa vencedora deverá fornecer o objeto conforme demanda solicitada pela secretaria solicitante;

24.5. A empresa se compromete a efetuar a substituição dos itens que estejam em desconformidade com o edital no prazo máximo 72 (setenta e duas) horas após a solicitação, pelo prazo compreendido na garantia, sem custos adicionais;



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

- 24.6.** Os objetos serão entregues de forma total, de acordo com o empenho enviado pela Secretaria;
- 24.7.** O objeto licitado deverá ser entregue em embalagens apropriadas, acondicionados em caixas fechadas;
- 24.8.** A contratada deverá informar o dia e o horário para entrega do objeto, para que o Fiscal possa proceder o acompanhamento da entrega;
- 24.9.** O objeto deverá ser entregue na Central de Recebimentos de Mercadorias, situada à Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 923, esquina com a Rua Dr. Ozório Guimarães, Centro, Prudentópolis – Pr, sem custos adicionais, durante o horário de expediente, qual seja, das **08h00 às 12h00** e das **13h00 às 17h00**.
- 24.10.** É de responsabilidade da Detentora da Ata acompanhar quanto ao calendário de feriados do Município de Prudentópolis, para fins de entrega do objeto.

25. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 25.1.** Objetos entregues com embalagens danificadas ou inadequadas que exponham o produto a contaminação e/ou deterioração, produtos rasgados, deteriorados, **não serão aceitos**.

26. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ARP

- 26.1.** O prazo de vigência será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data da sua assinatura.

27. DO PAGAMENTO

- 27.1.** O pagamento da presente licitação será efetuado em até 30 (Trinta) dias, após a entrega do objeto, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente acompanhada pelas certidões negativas de débitos junto ao FGTS, Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e CNDT;

- 27.2.** O pagamento será feito após a liquidação da Nota Fiscal discriminada de acordo com o objeto da ARP e Requisição de Empenho, contendo documentação de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista:

- I)** O tipo de Nota Fiscal a ser emitida deverá ser compatível com o objeto da ARP;
- II)** Caso se verifique erro na emissão da fatura, a mesma deverá ser cancelada, corrigida ou substituída, conforme o caso;

- 27.3.** A Detentora da ARP suportará o ônus decorrente do atraso, caso a nota fiscal/fatura contenha vícios ou incorreções que impossibilitem o pagamento no prazo estipulado em ARP;

- 27.4.** Os pagamentos serão efetuados somente após a fiscalização e aceite do fiscal de ARP;

- I)** A fiscalização deverá basear-se nos produtos entregues e será feita pelo fiscal de ARP;

- 27.5.** O pagamento poderá ser susgado, no todo ou em parte, nos casos de:



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

- a) execução em desacordo com o avençado;
- b) existência de débito de qualquer natureza com o Município;
- c) não ter havido manutenção de todas as condições de qualificação exigidas na ARP;

27.6. A proponente vencedora deverá apresentar nota fiscal do objeto e na mesma deverá constar a modalidade da licitação com o respectivo número e o nº da ARP (*Pregão Eletrônico nº 000/0000 e Ata de Registro de Preços nº 000/0000*);

27.7. Na nota fiscal deverá constar o ATESTO do encarregado responsável pelo recebimento dos produtos, inclusive conter seu nome legível para fins de registro na liquidação da despesa;

I) Em caso de não constar esses dados, a nota não será Liquidada;

A Nota Fiscal deverá obrigatoriamente ser emitida em nome da:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTÓPOLIS

CNPJ Nº 77.003.424/0001-34

RUA CONSELHEIRO RUI BARBOSA, Nº 801 – CENTRO

PRUDENTÓPOLIS – PR

CEP 84.400-000

27.8. Serão retidos os tributos, de acordo com o tipo de serviço realizado, observando as legislações pertinentes;

I – Os tributos a serem retidos pelo Município:

a) Contribuição Social Previdenciária (INSS), conforme o caso, observada a legislação vigente, bem como a IN RFB nº 971, de 2009;

b) Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISS), conforme o caso, observada a Lei Municipal nº 1385/2003 e suas alterações;

c) Imposto de Renda (IR), conforme o caso, observada a legislação vigente, conforme Decreto Municipal nº 469/2023, de 28 de agosto de 2023;

II – O MUNICÍPIO deverá fazer o destaque das retenções na Nota Fiscal, bem como a base de cálculo e as alíquotas para cada um dos tributos incidentes, conforme previsto em lei. A fatura deverá ser apresentada no Setor de Compras, devidamente identificados, o número da licitação e da ARP;

27.9. Os pagamentos aos fornecedores de bens, materiais e serviços para a Prefeitura Municipal de Prudentópolis, serão efetuados unicamente por meios eletrônicos ofertados pelo sistema bancário na forma de créditos, ordem bancária, transferência eletrônica ou por outros serviços da mesma natureza, disponibilizados pelas instituições financeiras, sendo vedada a utilização de cheques, conforme artigo 45 da Instrução Normativa nº 58/2011 do TCE/PR. Sendo obrigação da Detentora da ARP informar ao Departamento de Tesouraria a conta bancária para pagamento.



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

28. DOS CRITÉRIOS DE REEQUILÍBRIO E REAJUSTE

28.1. Haverá reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, devidamente motivado e comprovado, quando ocorrer situações que modifiquem as circunstâncias financeiras anteriormente acordadas, conforme artigo 65, II, “d”, da lei nº 14.133/2021;

28.2. Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro requeridos pela contratada não são impeditivos para o rigoroso cumprimento dos prazos estipulados em contrato e que, portanto, a contratada não deve atrasar ou suspender as entregas;

28.3. Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro serão analisados tomando por base as planilhas de composição de custos, da época da licitação e as do momento do pedido, acompanhado das notas fiscais de compra da época da licitação e posteriores até a data do pedido, acompanhado das Notas fiscais de compras anteriores e posteriores ao reajuste de preço;

28.4. Juntada de Orçamentos de no mínimo 3 (três) empresas concorrentes para aferir se o preço que está sendo pleiteado é compatível com o praticado no mercado; e Mapa comparativo de preços com base nos orçamentos apresentados;

28.5. Será concedido reajuste contratual nos casos que a execução do contrato ultrapasse 12 (doze) meses da data de apresentação da proposta, sendo baseado nos valores percentuais indicados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC. Será reajustado o saldo existente do Contrato na data do Reajuste, e somente será concedido mediante pedido formal.

29. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DA ARP

29.1. A fiscalização do Contrato ficará a cargo dos servidores **Sr. Teodozio Stoski** e a **Sr. Silvane Kiczevi dos Santos**, os quais terão entre outras, as seguintes atribuições:

29.1.1. Ler minuciosamente a ARP, conhecer o objeto, bem como sobre todas as ocorrências relacionadas à sua execução;

29.1.2. Zelar para que o objeto seja fielmente executado conforme o ajustado em ARP;

29.1.3. Anotar em documento próprio as ocorrências;

29.1.4. Aplicar à Detentora da ARP as sanções administrativas de sua competência;

29.1.5. Encaminhar à autoridade superior as providências cuja aplicação ultrapasse o seu nível de competência, etc;

29.1.6. A gestão do contrato ficará a cargo da Secretária Municipal de Assistência Social, Sra. **Célia Kaczarouski Schon**.

29.1.7. Ficam os Fiscais e o Gestor cientes da publicação da (s) ARP (s) após as devidas assinaturas e também da responsabilidade em acessar as devidas cópias que serão disponibilizadas no Site Oficial do Município pela Divisão de Contratos.



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

29.1.8. Ciente das funções relativas à fiscalização do contrato resultante do presente Processo, o fiscal assina no processo inicial.

30. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

30.1. O Município obriga-se a:

30.1.1. Exigir da Detentora da ARP o fiel cumprimento do Edital e ARP;

30.1.2. Prestar as informações e esclarecimentos necessários à Detentora da ARP para que esta possa fornecer o objeto dentro do prazo e normas estabelecidos na ARP;

30.1.3. Atestar o recebimento do objeto, notificando a Detentora da ARP quando verificado algum problema;

30.1.4. Solicitar a substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação ou apresentar defeito no todo ou em parte;

30.1.5. Efetuar o pagamento na forma e prazo estabelecido na ARP.

31. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ARP

31.1. A Detentora da ARP obriga-se a:

31.1.1. Entregar o objeto em estrita observância do Edital e ARP, primando pela qualidade, celeridade e eficiência;

31.1.2. Substituir, às suas expensas, o objeto entregue em desacordo com as especificações e padrões de qualidade exigidos;

31.1.3. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste Instrumento, no Edital e demais anexos, sujeitando-se, inclusive, às penalidades decorrentes do descumprimento de quaisquer de suas cláusulas;

31.1.4. Prestar os esclarecimentos que forem necessários à Prefeitura de Prudentópolis, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

31.1.5. Manter durante toda a execução da ARP, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de Habilitação e Qualificação exigidas no processo licitatório;

31.1.6. Responder a todos os ônus referentes ao objeto, desde os salários do pessoal neles empregados, como também os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, que venham incidir sobre a ARP;

31.1.7. Assegurar à Prefeitura de Prudentópolis o direito de fiscalizar, sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer fornecimento que não esteja de acordo com as normas ou especificações técnicas, hipótese em que as despesas decorrentes ficarão a cargo da Detentora da ARP, certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização da Prefeitura de Prudentópolis eximirá a Detentora da ARP de suas responsabilidades provenientes do Contrato;



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

31.1.8. A Detentora da ARP não poderá, em nenhuma hipótese, fornecer produtos sem prévia solicitação da Prefeitura de Prudentópolis;

31.1.9. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, as obrigações assumidas em ARP, salvo com autorização expressa do Município.

32. DAS SANÇÕES

32.1. Em caso de inexecução parcial ou total das condições pactuadas, erro ou mora na entrega do material ou execução do serviço, garantida a prévia defesa, ficará a Contratada sujeita às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e demais legislação pertinente, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal que seu ato ensejar.

33. DA CLÁUSULA ANTIFRAUDE E CORRUPÇÃO

33.1. Os licitantes devem observar e a Contratada deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida a subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratado;

33.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

33.2.1. “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

33.2.2. “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

33.2.3. “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

33.2.4. “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

33.2.5. “prática obstrutiva”:

(I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista no Edital;

(II) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção;

33.3. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo;

33.4. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

34. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

34.1. Conforme indicação do Departamento de Contabilidade.

34.2. Conforme indicação da Secretaria demandante:

Manutenção das Atividades da Proteção Social Especial.

09.002.08.244.2090.2072.3.3.90.30.00.00

Fonte: 947, 941, 000

35. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

35.1. Reserva-se ao Município o direito de recusar o objeto entregue em desacordo com o solicitado, que esteja fora dos padrões de qualidade, devendo a Detentora da ARP realizar as devidas substituições sem ônus adicionais ao erário;

35.2. A ARP poderá ser rescindida pela Prefeitura de Prudentópolis, de acordo com as hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das penalidades e sanções previstas no Edital, bem como das medidas legais cabíveis;

35.3. Situações não relacionadas neste Termo de Referência serão avaliadas observando o disposto na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

36. DA APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

36.1. A Secretária Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei nº 14.133/2021, declara que leu, conhece e aprova integralmente o presente Termo de Referência.



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA

Dados da Empresa:	(CNPJ, razão social, endereço, telefone, correio eletrônico, nome do representante legal da empresa, nome do responsável pela assinatura DA Ata de RP, número de telefone, fixo e/ou celular)				
Dados para Pagamento:	(Banco, agência, número da conta corrente, praça de pagamento)				
Lote/Item	Descrição Marca Fabricante Modelo	Unidade	Quant	Valor Unitário(R\$)	Valor Total (R\$)
Valor Total da Proposta					R\$

Validade da proposta: Valor máximo por extenso: Prazo de Entrega:

Local e data.

(assinatura do responsável)

(Para elaborar a proposta comercial, consultar o item 7 do Edital; esta proposta deverá ser anexada no Sistema Comprasnet até a data de abertura da licitação).



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

ANEXO III

DECLARAÇÃO CONJUNTA

A Empresa _____, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº _____, **declara para os fins de direito**, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade de Pregão Eletrônico nº xxx/2023 instaurado pela Prefeitura Municipal de Prudentópolis-PR, que:

- a) **Não somos declarados inidôneos** para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.
- b) **Declaramos** que não empregamos menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.
- c) **Declaramos que não possuímos grau de parentesco** consanguíneo ou afim, com servidor público Municipal.
- d) **Declaramos que recebemos do órgão licitante toda a documentação** relativa à licitação supramencionada, tendo tomado conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações decorrentes do objeto deste feito.
- e) **Assumimos inteira responsabilidade** pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias.
- f) **Comprometemo-nos a manter**, durante a execução da Ata de RP, em compatibilidade com as obrigações assumidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- g) **Comprometemo-nos a repassar na proporção correspondente**, eventuais reduções de preços decorrentes de mudanças de alíquotas de impostos incidentes sobre a prestação dos serviços, objeto da licitação, em função de alterações de legislação pertinente, publicadas durante a vigência do contrato.
- h) **Temos conhecimento e submetemo-nos ao disposto na Lei Federal nº 8.078**, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, bem como, ao Edital e Anexos do Pregão Eletrônico nº xxxx/2023 realizado pela Prefeitura Municipal de Prudentópolis.
- i) **DECLARAMOS**, que o responsável pela assinatura da Ata de RP é o (a) Sr (a),....., portador (a) da Cédula de Identidade RG Nº (SESP/PR) e inscrito (a) no CPF/MF Nº
- j) **DECLARAMOS**, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que a Ata de RP seja encaminhada para o seguinte endereço: **E-mail:** **Telefone:** (xx); Caso venhamos a alterar o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

k) Nomeamos e constituímos o (a) Sr (a), portador (a) da Cédula de Identidade RG nº (SESP/PR) - CPF/MF ----.----- responsável por acompanhar a execução da Ata de RP, referente processo supracitado e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preço..

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

....., em de de 2023.

(assinatura do representante legal da proponente)

Observação:

Ao redigir a presente Declaração, o Proponente deverá utilizar formulário com identificação da empresa ou com carimbo do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ.



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

ANEXO IV

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº-----/2023

Ata de Registro de Preços firmada entre o Município de Prudentópolis e ----- conforme licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 000/2023.

O Município de Prudentópolis, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com inscrição no CNPJ sob nº 77.003.424/0001-34, sediada à Rua Rui Barbosa, 801, nesta cidade, devidamente representada pelo seu Prefeito Municipal Osnei Stadler, brasileiro, casado, portador de RG nº 5.578.561-9/Pr e inscrito no CPF sob nº 678.754.409-04, residente e domiciliado na Rua Capitão Francisco Durski Silva, 1049, nesta cidade, doravante nesta Ata de RP denominada simplesmente de CONTRATANTE; e de outro lado _____, denominada REGISTRADA, acordam e ajustam firmar a presente ata de registro de preços, sujeitando-se as partes às normas constantes no Art. 82 da Lei 14133/2021 e demais legislação aplicável, Instrução Normativa SEGES/ME73/2022, Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023 referente ao Sistema de Registro de Preço, Lei 12.846/2013, Código de Defesa do Consumidor, Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, em conformidade as condições constantes do Edital de Pregão Eletrônico nº 000/2023, pelos termos da proposta da registrada e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de itens perecíveis e não perecíveis e materiais de limpeza, para o Acolhimento Institucional de Prudentópolis.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

§1º. Em decorrência da proposta apresentada e homologada, ficam registrados os preços indicados a seguir:

§2º. A Prefeitura Municipal de Prudentópolis pagará a Empresa Registrada o valor de R\$ (.....), discriminado da seguinte forma:



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO

§1º. A presente contratação vincula-se aos termos e condições fixadas no Edital da licitação na modalidade de Pregão sob o número/2023, regularmente tramitada nos autos do Processo Administrativo, contendo como documentos integrantes, como se nela estivessem transcritos, cujos teores consideram-se conhecidos e acatados pelas partes, sem prejuízos da aplicação de normas técnicas e legislação vigentes relativa ao objeto contratual, particularmente quanto a(ao):

- I. Edital de Licitação, bem como todos os seus anexos;
- II. Termo de referência, bem como todos os seus anexos; e,
- III. Proposta da registrada e seus anexos.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

§1º. Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, terá a vigência de 12 (doze) meses, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade, com efeitos a contar da publicação do extrato da ata no Diário Oficial do Estado.

§2º. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

§3º. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

CLÁUSULA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

§1º. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

§2º. A subcontratação depende de autorização prévia do Município, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

I. A empresa contratada apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

§3º. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA SEXTA – DA REVISÃO DOS PREÇOS

§1º. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses previstas no Art. 124 inciso II alínea “d” da Lei 14133/2021.

§2º. A Ata de Registro de preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas nos artigos 124 a 136 da Lei 14133/2021.

§3º. O preço registrado poderá ser revisto, por iniciativa do município, em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou a pedido do fornecedor, em razão de fato superveniente que eleve o custo do objeto registrado, desde que autorizado pela autoridade competente e desde que apresentadas as devidas justificativas, podendo o município, se julgar conveniente, optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

§4º. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o município convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

I. O fornecedor que não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

II. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

§5º. Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido, mediante requerimento protocolado, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:

I. Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados, devidamente assinada sobre carimbo da empresa;

II – Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do novo preço;

III – Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do preço original na época da apresentação das propostas;

IV – Outros documentos que comprovem o direito ao reequilíbrio, como por exemplo: demonstrativo de que a alteração dos custos foi superior aos índices oficiais de inflação; histórico de preços do mercado; histórico de preços de compras anteriores da própria Administração Pública; matérias de jornais que constatem tratar-se de elevação extraordinária do preço, etc.

§6º. Faculta-se a juntada à proposta de preços de orçamentos de fornecedores, com a intenção de se comprovar



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

aumento de preços em eventual solicitação de revisão.

§7º. Nos casos em que restem dúvidas quanto à comprovação do desequilíbrio por parte da Detentora da Ata, a Administração Pública poderá solicitar documentação complementar, além da constante no §5º.

§8º. A fundamentação da concessão de reequilíbrio em favor do particular levará em conta:

- I. A alteração de fato que torne mais onerosa a relação existente entre o conjunto dos encargos impostos ao particular e a remuneração correspondente por ocasião do ajuste;
- II. A superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda a ocorrência de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe;
- III. A configuração de álea econômica extraordinária e extracontratual;
- IV. O cumprimento das exigências previstas no Edital da Licitação ou Ata de Registro de Preços.

§9º. Sendo procedente o requerimento da empresa, o equilíbrio econômico financeiro será concedido a partir da data do protocolo do pedido.

- I. A detentora da Ata de Registro de Preços deverá cumprir com a entrega de todos os produtos empenhados anteriormente a data do protocolo do pedido de realinhamento.
- II. A detentora da Ata não poderá interromper o fornecimento durante o período de tramitação do processo de revisão dos preços.

§10º. Sem prejuízo de outras hipóteses fundamentadas, será indeferido o requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro quando a Administração constatar:

- I. Ausência de elevação dos encargos do particular;
- II. Ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido antes do aceite da proposta;
- III. Ausência de vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos da detentora da Ata;
- IV. Culpa da detentora da Ata pela majoração dos seus encargos, incluindo-se a desídia na previsão da ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido.

§11º. Na situação do parágrafo acima, a Detentora continuará obrigada a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei, no Edital e nesta ata de registro de preços.

§12º. Em qualquer hipótese os preços decorrentes de revisão não ultrapassarão os praticados no mercado, mantendo-se a relação entre o valor originalmente registrado.

§13º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o município poderá:



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

- I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- II - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação, observada a classificação original.

§14º. Não havendo êxito nas negociações, o município deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

§15º. Os aditamentos efetuados na ata de registro de preço serão igualmente publicados no Diário Oficial do Município.

§16º. O município realizará periodicamente pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade.

(NO CASO DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO)

§17º. Do Reajuste

- I. Os valores pactuados nesta contratação poderão ser reajustados, para mais ou menos, de acordo com a variação no IPCA, ou pelo índice que venha a substituí-lo.
- II. A periodicidade do reajustamento será anual, a contar da data limite para apresentação da proposta, nos termos fixados no art. 92, §4º, da Lei 14.133/2021.
- III. O reajustamento deverá ser concedido pela CONTRATANTE independente de requerimento da CONTRATADA, em até 60 dias contados da data base, devendo ser registrado mediante simples apostilamento contratual nos autos do processo de gestão e fiscalização do contrato.
- IV. No caso da concessão automática do reajustamento indicado no parágrafo anterior, deverá a CONTRATADA ser notificada previamente em relação ao índice a ser aplicado, podendo contraditar justificadamente no prazo de até 5 dias úteis.
- V. O direito ao reajuste contratual poderá ser denegado totalmente, ou negociado em relação a seu quantum, por acordo entre as partes, sendo devidamente registrado no respectivo apostilamento contratual.
- VI. A regra de reajuste prevista poderá ser objeto de alteração, inclusive quanto ao índice e metodologia, por acordo entre as partes, desde que não represente desequilíbrio econômico-financeiro injusto ao erário.

CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

§1º. A detentora da Ata de RP fica obrigada a entregar o objeto, quando solicitados através de Nota de Empenho – NE, nas condições estabelecidas nesta Ata no prazo não superior de 20 (vinte) dias corridos para entregar dos itens, contadas do recebimento da respectiva Nota;

§2º. O envio da Nota de Empenho à Detentora da Ata poderá ser efetivado via e-mail ou qualquer outro meio de comunicação;



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

- §3º. A detentora da Ata de RP deverá fornecer o objeto conforme demanda solicitada pela secretaria solicitante;
- §4º. A detentora da Ata de RP se compromete a efetuar a substituição dos itens que estejam em desconformidade com o edital no prazo máximo 72 (setenta e duas) horas após a solicitação, pelo prazo compreendido na garantia, sem custos adicionais;
- §5º. Os objetos serão entregues de forma total, de acordo com o empenho enviado pela Secretaria;
- §6º. O objeto registrado deverá ser entregue em embalagens apropriadas, acondicionados em caixas fechadas;
- §7º. A registrada deverá informar o dia e o horário para entrega do objeto, para que o Fiscal possa proceder o acompanhamento da entrega;
- §8º. O objeto deverá ser entregue na Central de Recebimentos de Mercadorias, situada à Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 923, esquina com a Rua Dr. Ozório Guimarães, Centro, Prudentópolis – Pr, sem custos adicionais, durante o horário de expediente, qual seja, das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00.
- §9º. É de responsabilidade da Detentora da Ata acompanhar quanto ao calendário de feriados do Município de Prudentópolis, para fins de entrega do objeto.
- §10º. Os produtos perecíveis deverão ser transportados em carros com sistema de refrigeração adequado e compatível com a temperatura exigida em edital, inspecionados por autoridade sanitária;
- §11º. As carnes deverão ser transportados em carros com sistema de refrigeração adequado e compatível com a temperatura exigida em edital, inspecionados por autoridade sanitária. Os produtos devem apresentar no momento da entrega a temperatura mínima especificada no edital;
- §12º. A entrega de carnes deverá ser realizada por funcionário devidamente uniformizado, utilizando vestes claras, limpas, calçado fechado e proteção no cabelo (touca ou boné);
- §13º. Objetos entregues com embalagens danificadas ou inadequadas que exponham o produto a contaminação e/ou deterioração, produtos rasgados, deteriorados, não serão aceitos.
- §14º. Garantia: A empresa deverá garantir a qualidade dos produtos a serem fornecidos, observando os defeitos de fábrica, bem como o prazo de validade dos mesmos, devendo ainda, quando solicitado, proceder com substituição do produto em desacordo no prazo máximo de 72 (setenta e dias) horas, contados da data da notificação.



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

CLÁUSULA OITAVA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

§1º. O pagamento da presente Ata de RP será efetuado em até 30 (Trinta) dias, após a execução dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente acompanhada pelas certidões negativas de débitos junto ao FGTS, Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e CNDT.

§2º. O pagamento será feito após a liquidação da Nota Fiscal discriminada de acordo com o objeto da Ata de RP e Requisição de Empenho, contendo documentação de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista.

I) O tipo de Nota Fiscal a ser emitida deverá ser compatível com o objeto da Ata de RP.

II) Caso se verifique erro na emissão da fatura, a mesma deverá ser cancelada, corrigida ou substituída, conforme o caso.

§3º. A empresa Registrada suportará o ônus decorrente do atraso, caso a nota fiscal/fatura contenha vícios ou incorreções que impossibilitem o pagamento no prazo estipulado na Ata de RP.

I) A Nota Fiscal deverá obrigatoriamente ser emitida em nome da:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTÓPOLIS

CNPJ nº 77003424/0001-34

Rua Conselheiro Rui Barbosa, nº 801 – Centro

PRUDENTÓPOLIS – PR

CEP: 84.400.000

§4º. Os pagamentos serão efetuados somente após a fiscalização e aceite do fiscal da Ata de RP.

I) A fiscalização deverá basear-se no objeto entregue e será feita pelo fiscal da Ata de RP.

§5º. O pagamento poderá ser susado, no todo ou em parte, nos caso de:

- a) execução em desacordo com o avençado;
- b) existência de débito de qualquer natureza com a Contratante;
- c) não ter havido manutenção de todas as condições de qualificação exigidas para a contratação.

§6º. A proponente registrada deverá apresentar nota fiscal do objeto e na mesma deverá constar a modalidade da licitação com o respectivo número e o nº da Ata de RP (Pregão Eletrônico 000/2023 e Ata de Registro de Preços nº xxx/xxxx).

§7º. Na nota fiscal deverá constar o ATESTO do encarregado responsável pelo recebimento do objeto, inclusive conter seu nome legível para fins de registro na liquidação da despesa.

I) Em caso de não constar esses dados, a nota não será Liquidada.

§8º. Serão retidos os tributos, de acordo com o tipo de serviço realizado, observando as legislações pertinentes.



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

I – Os tributos a serem retidos pela contratante:

- a) Contribuição Social Previdenciária (INSS), conforme o caso, observada a legislação vigente, bem como a [Instrução Normativa RFB nº 2110/2022](#).
- b) Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISS), conforme o caso, observada a Lei Municipal nº 1385/2003 e suas alterações.
- c) Imposto de Renda (IR), conforme o caso, observada a legislação vigente, conforme Decreto Municipal nº 469/2023, de 28 de agosto de 2023.

II - A contratante deverá fazer o destaque das retenções na Nota Fiscal, bem como a base de cálculo e as alíquotas para cada um dos tributos incidentes, conforme previsto em lei.

§9º. Os pagamentos aos fornecedores de bens, materiais e serviços para a Prefeitura Municipal de Prudentópolis, serão efetuados unicamente por meios eletrônicos ofertados pelo sistema bancário na forma de créditos, ordem bancária, transferência eletrônica ou por outros serviços da mesma natureza, disponibilizados pelas instituições financeiras, sendo vedada a utilização de cheques, conforme artigo 45 da Instrução Normativa nº 58/2011 do TCE/Pr. **Sendo obrigação da registrada informar ao Departamento de Tesouraria a conta bancária para pagamento.**

CLÁUSULA NONA – DA INDICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

§1º. Os recursos financeiros para o cumprimento do presente registro de preços ficarão por conta das dotações orçamentárias, conforme a seguir.

Secretaria de Assistência Social	
Dotação	Fonte
09.001.08.244.2090.2065.3.3.90.30.00.00	0000
09.002.08.244.2090.2071.3.3.90.30.00.00	000, 815
09.002.08.244.2090.2072.3.3.90.30.00.00	000, 941, 947
09.002.08.244.2090.2073.3.3.90.30.00.00	000, 817
09.003.08.243.2090.6076.3.3.90.30.00.00	000

§2º. As dotações orçamentárias dos exercícios seguintes deverão ser registradas mediante apostilamento ao presente contrato, nos termos fixados no art. 136, inc. IV, Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA - DIREITO DAS PARTES

Constituem direitos do CONTRATANTE receber o objeto desta ata e exigir o cumprimento do mesmo nas condições avençadas, e da REGISTRADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionado.



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

§1º: Constituem obrigações da contratante:

- I. Exigir da Detentora da Ata o fiel cumprimento do Edital e ARP;
- II. Prestar as informações e esclarecimentos necessários à Detentora da Ata para que esta possa fornecer os produtos dentro do prazo e normas estabelecidos na ARP;
- III. Atestar o recebimento do objeto, notificando a empresa Detentora da Ata caso seja verificado algum problema;
- V. Efetuar o pagamento na forma e prazo estabelecido na Ata de Registro de Preços.
- VI. Solicitar a substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação ou apresentar defeito;

§2º: Constituem obrigações da detentora da ata:

- I. Entregar o objeto em estrita observância do Edital e ARP, primando pela qualidade, celeridade e eficiência;
- II. Substituir, às suas expensas, o objeto entregue em desacordo com as especificações e padrões de qualidade exigidos;
- III. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste Instrumento, no Edital e demais anexos, sujeitando-se, inclusive, às penalidades decorrentes do descumprimento de quaisquer de suas cláusulas;
- IV. Prestar os esclarecimentos que forem necessários à Prefeitura de Prudentópolis, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;
- V. Manter durante toda a execução da ARP, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de Habilitação e Qualificação exigidas no processo licitatório;
- VI. Responder a todos os ônus referentes ao objeto, desde os salários do pessoal neles empregados, como também os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, que venham incidir sobre a ARP;
- VII. Assegurar à Prefeitura de Prudentópolis o direito de fiscalizar, sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer fornecimento que não esteja de acordo com as normas ou especificações técnicas, hipótese em que as despesas decorrentes ficarão a cargo da Detentora da ARP, certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização da Prefeitura de Prudentópolis eximirá a Detentora da ARP de suas responsabilidades provenientes do Contrato;
- VIII. A Detentora da ARP não poderá, em nenhuma hipótese, fornecer produtos sem prévia solicitação da Prefeitura de Prudentópolis;
- IX. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, as obrigações assumidas em ARP, salvo com autorização expressa do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

INADIMPLEMENTO

§1º. A empresa registrada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

- I - dar causa à inexecução parcial da Ata de RP;
- II - dar causa à inexecução parcial da Ata de RP que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total da Ata de RP;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução da Ata de RP;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da Ata de RP;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§2º. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no §1º as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§3º. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§4º. A sanção prevista no §2º inciso I, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do §1º, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

§5º. No caso de inexecução parcial injustificada:

- I. No caso de atraso injustificado na execução do objeto, será aplicada multa de 0,5% (cinco décimos por cento) da parte inadimplida, por dia de atraso na execução do objeto, de acordo com o prazo previsto nesta ata, até o limite de 10 (dez) dias, a partir do quando será considerada inexecução parcial do objeto;
- II. Será configurada a inexecução parcial do objeto, quando injustificadamente, a registrada deixar de executar algum serviço solicitado, não sendo este considerado a totalidade da Ata de RP;
- III. No caso de inexecução parcial do objeto, será aplicada multa de até 5% (cinco por cento) do valor total da Ata de RP;
- IV. No caso de inexecução parcial da Ata de RP que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, conforme §8º.

§6º. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

- I. Injustificadamente, a contratada não executar nenhum dos serviços solicitados, na totalidade da Ata de RP e durante sua vigência;
- II. O atraso injustificado na entrega dos serviços solicitados (integralmente), previsto no item anterior (multa por atraso injustificado) ultrapassar o prazo máximo de 20 (vinte) dias.
- III. No caso de inexecução total, será aplicada multa de até 10% (dez por cento) do valor total da Ata de RP;
- IV. No caso de inexecução parcial da Ata de RP que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, conforme §8º.

§7º. A sanção prevista no inciso II do §2º, calculada na forma do edital ou da Ata de RP, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da Ata de RP e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no §1º.

§8º. A sanção prevista no inciso III do §2º será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do §1º, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§9º. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do §2º poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

§10º. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, para pagamento da diferença será emitido guia ou será cobrada judicialmente.

§11º. A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

reparação integral do dano causado à Administração Pública.

§12º. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do §2º, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

§13º. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do §2º requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§14º. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- I. reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- II. pagamento da multa;
- III. transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- IV. cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- V. análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.
- VI. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do §1º exigirá como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

§15º. Poderá ser utilizada como base para aplicação de penalidades a Instrução Normativa nº 001/2017 da Secretaria Geral de Administração da União, publicada no Diário Oficial da União no dia 16 de outubro de 2017, página 198

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

§1º. A inexecução total ou parcial da Ata de RP ensejará sua extinção, com as consequências contratuais, de acordo com o disposto no art. 138 da Lei nº 14.133/21 e possíveis alterações posteriores, são motivos para extinção da Ata de RP:

- I -O não cumprimento de cláusulas, especificações, projetos ou prazos.
- II -O cumprimento irregular de cláusulas, especificações, projetos e prazos.
- III -A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da entrega dos serviços ou objetos, nos prazos estipulados.



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

IV - O atraso injustificado na prestação dos serviços ou entrega do objeto.

V - O não cumprimento dos prazos, sem justa causa e prévia comunicação à Contratante.

VI - A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da Registrada com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação não admitidas nesta Ata de RP.

VII - O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores.

VIII - O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 117, da Lei nº 14.333/21.

IX - Fraude ou execução incorreta do objeto desta Ata de RP sem justa causa;

X - A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil.

XI - A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução da Ata de RP.

XII - Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a Contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere a Ata de RP.

§2º. A Extinção desta Ata de RP poderá ser:

I - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

IV - A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DA ATA DE RP

§1º. A fiscalização do Contrato ficará a cargo dos servidores Sr. Teodozio Stoski e a Sr. Silvane Kiczevi dos Santos, os quais terão entre outras, as seguintes atribuições:

I. Ler minuciosamente a ARP, conhecer o objeto, bem como sobre todas as ocorrências relacionadas à sua execução;

II. Zelar para que o objeto seja fielmente executado conforme o ajustado em ARP;

III. Anotar em documento próprio as ocorrências;

IV. Determinar a correção de falhas ou defeitos;



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

V. Aplicar à Detentora da Ata as sanções administrativas de sua competência;

VI. Encaminhar à autoridade superior as providências cuja aplicação ultrapasse o seu nível de competência, etc.

§2º: A gestão do contrato ficará a cargo da Secretária Municipal de Assistência Social, Sra. Célia Kaczarowski Schon.

§3º: A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da REGISTRADA, pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados.

§4º: A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do CONTRANTE, não elide nem diminui a responsabilidade da REGISTRADA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, que não implicarão corresponsabilidade do CONTRATANTE ou do servidor designado para a fiscalização.

§5º: Ocorrendo a não aceitação do bem, por qualquer motivo, o CONTRATANTE notificará a REGISTRADA para, no prazo estipulado na notificação, proceder à regularização.

§6º: Ao CONTRATANTE não caberá qualquer ônus pela rejeição do objeto considerados inadequados.

§7º: As comunicações entre CONTRATANTE e REGISTRADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

§8º: Ficam os Fiscais e os Gestores das ATAS cientes da publicação das mesmas após as devidas assinaturas e também da responsabilidade em acessar as devidas cópias que serão disponibilizadas no site oficial do município pela divisão de contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

§1º. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO

§1º. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - COMBATE A FRAUDE E CORRUPÇÃO

§1º Adota-se nesta licitação e na Ata de RP, a presente Cláusula Especial de Combate a Fraude e Corrupção, com o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação, definindo-se as seguintes práticas:

- a) **PRÁTICA CORRUPTA:** Oferecer, dar, receber, ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução Ata de RP;
- b) **PRÁTICA FRAUDULENTA:** Falsificação ou omissão dos fatos, com objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução da Ata de RP;
- c) **PRÁTICA COLUSIVA:** Esquematizar ou estabelecer alguma espécie de acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais, não competitivos ou inexecutáveis;
- d) **PRÁTICA COERCITIVA:** Causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou à propriedade, visando influenciar sua participação em processo licitatório ou afetar a execução da Ata de RP;
- e) **PRÁTICA OBSTRUTIVA:** (i) Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do licitador, dos agentes fiscalizadores dos concedentes em caso de convênios, ou do organismo financeiro multilateral, com o objetivo multilateral a apuração de alegações de prática prevista na Ordem de Serviço nº. 001-2015, de 16/05/2015; (ii). Atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito do licitador, dos agentes fiscalizadores dos concedentes em caso de convênios e do organismo financeiro multilateral promover inspeção.

§2º Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

§3º Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução da Ata de RP e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução da Ata de RP.



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

§1º. Garantir o cumprimento da Lei Federal 13.709 de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (a “LGPD”), de acordo com, mas não limitado à, os seguintes critérios:

- a) não realizar qualquer tratamento de Informações Pessoais, entendidas como informações relacionadas à pessoa natural identificada ou identificável vinculadas ao Contrato, sem enquadramento em uma das bases legais para processamento de dados pessoais;
- b) adotar medidas técnicas e organizacionais adequadas para garantir a segurança das Informações Pessoais;
- c) realizar tratamento de Informações Pessoais com o propósito de cumprir as suas obrigações contratuais;
- d) não permitir ou facilitar o tratamento de Informações Pessoais por terceiros para qualquer finalidade que não seja a de cumprir as obrigações contratuais.

§2º. A registrada fica ciente de que dados e documentação referente a presente contratação estarão disponíveis para acesso do público em geral, conforme cláusula décima sexta e lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

§1º. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 14133/21 e alterações .

§2º. Reserva-se ao Município o direito de recusar objeto entregue em desacordo com o solicitado, que estejam fora dos padrões de qualidade, devendo a Registrada realizar as devidas correções sem ônus adicionais ao erário;

§3º. Reserva-se a Contratante o direito de não utilizar os itens na sua integralidade, tendo em vista que trata-se de Registro de Preços.

§4º. A detentora da Ata deverá comunicar ao Município toda e qualquer alteração nos dados cadastrais para fins de atualização cadastral.

§5º. O Contratante enviará o resumo desta Ata de Registro de Preço à publicação no Diário Oficial do Município de Prudentópolis, sem prejuízo de disponibilização da íntegra no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de Prudentópolis- PR, para dirimir dúvidas e os casos omissos, que porventura surgirem.

E por estarem as partes de acordo, assinam a presenta Ata de Registro de Preços em duas vias de igual teor e



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

forma, juntamente com duas testemunhas, se obrigando ao cumprimento de todas as cláusulas inseridas neste instrumento contratual, ressalvados os interesses do contratante Município de Prudentópolis- Paraná.

Prudentópolis, ____ de _____ de 2023.

Município de Prudentópolis
Osnei Stadler
Contratante

Detentora da Ata de RP

Testemunhas:

1) _____

2) _____

Nome:

Nome: